



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRÁSILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VITÓRIA EMILY LOPES FERREIRA

**ANÁLISE DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E SEUS IMPACTOS PARA A
GESTÃO PÚBLICA NA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ**

ACARAPE-CE
2022

VITÓRIA EMILY LOPES FERREIRA

**ANÁLISE DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E SEUS IMPACTOS PARA A
GESTÃO PÚBLICA NA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira Unilab) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado

ACARAPE-CE
2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Ferreira, Vitória Emily Lopes.

F383a

Análise de indicadores socioeconômicos e seus Impactos para a gestão pública na região do Maciço de Baturité / Vitória Emily Lopes Ferreira. - Acarape, 2022.
62f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientadora: Porf.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado.

1. Gestão Pública. 2. Indicadores socioeconômicos. 3. Baturité (CE). I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 658

VITÓRIA EMILY LOPES FERREIRA

ANÁLISE DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E SEUS IMPACTOS PARA A
GESTÃO PÚBLICA NA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Aprovada em: 15/02/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sandra Maria Guimarães Callado (orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr. Eduardo Soares Parente

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Dedico este trabalho a minha fé em Deus, aos meus pais, Francisco Ferreira dos Santos e Maria Estela Lopes Ferreira, ao meu esposo Francisco Saulo Candido Oliveira por serem sempre pacientes e motivadores para a minha conclusão deste ciclo. Ao meu amado avô (*in memoriam*), José Gomes Martins, por todo o amor e confiança depositados em mim. A eles: A minha gratidão e o meu amor.

AGRADECIMENTOS

À Deus por me possibilitar chegar até aqui, mesmo com todos os acontecimentos recentes, foi Ele quem me capacitou e me permitiu concluir mais esta jornada.

À minha família, pela confiança e suporte.

À Saulo Oliveira, meu esposo, pelo incentivo e coragem.

A todos os professores do Curso de Bacharelado em Administração Pública, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em especial a minha orientadora, Sandra Maria Guimarães Callado, por me inspirar e apoiar na finalização deste trabalho.

“A maior necessidade de um Estado é a de governantes corajosos.”

(Johann Goethe)

RESUMO

O presente estudo trata de uma análise de indicadores que traduzem o desenvolvimento socioeconômico das cidades, em particular da região do Maciço de Baturité, e sua influência na vida dos cidadãos. Para a viabilização dessa pesquisa, foram coletados e analisados dados sobre o Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O), o Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R), o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como parâmetros importantes tais como o número de habitantes e a renda *per capita*. A pesquisa é de abordagem qualitativa e de natureza descritiva, utiliza-se de dados secundários pesquisados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Algumas das principais limitações do trabalho foram as mudanças de metodologias entre os anos pesquisados e a falta de dados para a série histórica analisada, os resultados da análise dos indicadores supracitados retrataram que os avanços no desenvolvimento entre as cidades da região são pontuais e que não indicam que houveram evoluções significativas no desenvolvimento da região. Para que se possa haver mais assertivo planejamento e execução das políticas públicas para nortear os caminhos de uma cidade, é preciso que os gestores estejam à par dos indicadores socioeconômicos que representam fidedignamente o desempenho dos serviços públicos do município. Portanto, a justificativa para que se produzam pesquisas nesse sentido é de que estas podem servir de referência para o planejamento das ações a serem adotadas para maximizar a eficiência da atuação da gestão pública em prol do incessante compromisso para melhorar a vida das pessoas. Observa-se, portanto, durante o período pesquisado, em todos os indicadores, que as cidades não registraram crescimento expressivo e que os maiores resultados dos indicadores, na grande maioria das vezes, se concentram entre as mesmas cidades. Considera-se emergente a necessidade de inovação e renovação nas ações a serem tomadas pelas lideranças municipais, de modo a buscarem melhorias que efetivamente tragam, como efeito principal, avanços nos indicadores supracitados.

Palavras-chave: gestão pública; indicadores socioeconômicos; Maciço de Baturité

ABSTRACT

The present study deals with an analysis of indicators that translate the socioeconomic development of cities, in particular the Maciço de Baturité region, and its influence on the lives of citizens. For the feasibility of this research, data were collected and analyzed on the Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O), the Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R), the Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), the Human Development Index (HDI), as well as important parameters such as the number of inhabitants and *per capita* income. The research is qualitative and descriptive in nature, using secondary data researched by the Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará (IPECE). In order for there to be more assertive planning and execution of public policies to guide the paths of a city, managers need to be aware of the socioeconomic indicators that faithfully represent the performance of public services of the township. Therefore, the justification for producing research in this sense is that they can serve as a reference for the planning of actions to be taken to maximize the efficiency of public management actions in favor of the incessant commitment to improve people's lives. It is observed, therefore, during the researched period, in all indicators, that the cities didn't registered significant growth and that the highest results of the indicators, in most cases, are concentrated among the same cities. The need for innovation and renewal in the actions to be taken by municipal leaders is considered emerging, in order to seek improvements that effectively bring, as the main effect, advances in the aforementioned indicators.

Keywords: public management; socioeconomic indicators; Maciço de Baturité.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População e renda per capita da Região do Maciço de Baturité	15
Tabela 2 – Indicadores Sociais e de Desenvolvimento do Maciço de Baturité	16
Tabela 3 – IDS-O dos municípios do Maciço de Baturité	18
Tabela 4 – Média do IDS-O entre anos do Maciço de Baturité	22
Tabela 5 – IDS-R das cidades do Maciço de Baturité	23
Tabela 6 – Média do IDS-R dos municípios do Maciço de Baturité.....	27
Tabela 7 – IDM dos municípios do Maciço de Baturité	28
Tabela 8 – IDH do Maciço de Baturité.....	31
Tabela 9 – Ranking das cinco melhores e cinco piores médias do IDS-O	35
Tabela 10 – Ranking das cinco melhores e cinco piores médias do IDS-R	35
Tabela 11 – Média do IDM dos municípios do Maciço de Baturité.....	36
Tabela 12 – Ranking do IDH das cinco melhores e cinco piores cidades	37

LISTA DE SIGLAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IDM Índice de Desenvolvimento Municipal

IDS-O Índice de Desenvolvimento Social de Oferta

IDS-R Índice de Desenvolvimento Social de Resultado

IPECE Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IDS-O do Maciço de Baturité nos anos de 2006 a 2009	19
Gráfico 2 – IDS-O do Maciço de Baturité nos anos de 2012 a 2015	20
Gráfico 3 – IDS-R do Maciço de Baturité nos anos de 2000 a 2009	24
Gráfico 4 – IDS-R do Maciço de Baturité nos anos de 2012 a 2015	25
Gráfico 5 – IDM do Maciço de Baturité.....	29
Gráfico 6 – IDH do Maciço de Baturité	32

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1	Administração Pública	6
2.2	Gestão Pública	8
2.3	Indicadores socioeconômicos	11
2.4	Políticas Públicas <i>versus</i> Desenvolvimento Municipal	12
3	MATERIAL E MÉTODO	15
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
4.1	Análise dos Indicadores IDS-O e IDS-R no Maciço do Baturité	17
4.2	Análise dos Indicadores IDM e IDH do Maciço do Baturité	28
4.3	A influência na tomada de decisão dos gestores públicos a partir da análise de indicadores socioeconômicos	34
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	38
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
	Anexo A – Indicadores que compõem o IDS-O e o IDS-R (2000-2009)	45
	Anexo B – Indicadores que compõem o IDS-O e o IDS-R (2012-2015)	49
	Anexo C - Indicadores que compõem o IDM	52

1 INTRODUÇÃO

Para que ocorram avanços significativos na vida das pessoas, em todas as áreas que o Estado pode provê-las, é fundamental que as ações da Administração Pública em todas as esferas governamentais de atuação sejam e estejam efetivamente voltadas para atender e suprir as demandas e necessidades do seu povo.

É de competência dos gestores públicos buscarem melhorias em diversas facetas, sejam elas socioeconômicas, infraestruturais, educacionais, dentre outros parâmetros fundamentais para melhorar a qualidade de vida de sua população.

Por se tratar de atuação em prol de melhoria da sociedade, é fundamental que seja da ciência de todos a importância das políticas públicas como causa dos avanços na qualidade de vida das pessoas. De modo geral, pode-se entender as políticas públicas como sendo o resultado das ações políticas e da tomada de decisão em prol da coletividade.

Entre outras palavras, é centrada na figura dos representantes democraticamente escolhidos pelo povo, prática constituinte das definições modernas de democracia, que passam as decisões mais importantes de uma comunidade, cidade, estado ou país.

Sobretudo, a participação popular nesses processos decisórios é um dos pilares do avanço das sociedades, uma vez que o povo deverá ser o principal beneficiado das ações que envolvem as políticas públicas que são adotadas pelos mais diversos governos que passam pela história.

É de suma relevância destacar como consequência mais fidedigna dessas ações que a qualidade de vida das pessoas pode (ou não) melhorar a partir dos avanços que o Estado pode proporcionar para todos.

Essa consequência pode ser mensurada através de indicadores socioeconômicos que representam a quantas anda a atuação do Estado para proporcionar uma vida melhor para todos.

Para que estes avanços de fato aconteçam, é importante o planejamento criterioso, a execução concreta e o acompanhamento ininterrupto das decisões governamentais e das políticas públicas a serem adotadas, independentemente da sua área de atuação.

Desta forma, é relevante pontuar o ciclo das políticas públicas como um caminho a ser seguido pelos gestores públicos, as etapas são: 1) Construção de agenda; (2) Formulação da política; (3) Processo decisório; (4) Implementação; (5) Avaliação.

Critério, concretude e constância na implementação e funcionamento das políticas públicas, sejam estas a curto, médio ou longo prazo se tornam, como reflexo, em melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Desta forma, a análise desses indicadores sociais e econômicos são importantes para o bom norteamento das decisões futuras, em especial, e particularmente, a nível regional. Fato este se dá pela razão de que cada região brasileira, por motivos da continentalidade do território do país, bem como da sua diversidade e complexidade de realidades socioeconômicas, culturais e históricas, possui características singulares no que diz respeito a sua situação socioeconômica, especificamente.

De modo a auxiliar no desenvolvimento do presente estudo, apresentam-se os seguintes objetivos:

Objetivo geral: análise dos indicadores socioeconômicos no período de 2000 a 2016, para os municípios da Região do Maciço de Baturité, no Estado do Ceará.

Objetivos específicos:

i) analisar o Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O) e o Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) nos períodos 2006 a 2015 e 2000 a 2015, respectivamente.

ii) analisar o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos períodos de 2000 a 2016 e 2000 e 2010, respectivamente;

iii) Avaliar a variação dos indicadores no período indicado e sua influência na tomada de decisão dos gestores públicos.

Por sua vez, os indicadores apresentados neste trabalho assumem o compromisso empírico de apresentar, na prática, o desenvolvimento dos municípios da região. Portanto, é válido e justo pontuar que esta análise possa estar à disposição das lideranças municipais para a formulação e implementação de políticas públicas e projetos de desenvolvimento no cenário regional.

Por se tratar de uma região composta por treze municípios e abranger (ver dados geográficos e citar fonte), é necessário um trabalho conjunto de seus gestores municipais para que haja um desenvolvimento e uma evolução não apenas em uma dada cidade, mas a nível regional, onde todos os municípios possam notar as mudanças ocorridas e melhorias feitas para a sua população.

Não se deve também esquecer que além de avaliar o que mostra os indicadores, é necessário também observar as ações de governança pública de forma efetiva e eficiente.

Aqui ressalta-se o resultado de quando há uma boa administração/gestão pública em uma cidade, quando a mesma é gerida de forma responsável e seguindo as normas previstas pelo nosso ordenamento jurídico, todas as ações irão gerar, em sua maioria, resultados benéficos a sociedade.

Uma política pública é pensada por diversos atores (aqui pontua-se os gestores municipais de cada uma das cidades do Maciço de Baturité), nas quais o acontecimento de encontros e reuniões entre estes irão definir ações de viáveis melhorias para esta região específica e, conseqüentemente ao seu público-alvo, e haverá também uma melhor gestão (logo que se supõe que cada gestor conheça o seu município e suas principais necessidades). Desta maneira, é notável a importância da união dos gestores públicos locais para um melhor desenvolvimento da região.

Nesse sentido, o presente estudo encontra-se dividido em quatro seções, para além desta seção inicial, obedecendo a ordem que segue: para o referencial teórico (administração pública; gestão pública; indicadores socioeconômicos e; políticas públicas *versus* desenvolvimento municipal). Na sequência apresenta-se o material e método; resultados e discussões (análises do IDS-O, IDS-R, IDM e IDH dos municípios do Maciço de Baturité); conclusões e recomendações e; referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como um dos pilares desta obra, é imprescindível a compreensão sobre os conceitos fundamentais de Administração Pública e gestão pública, a definição de indicadores socioeconômicos e a diferença entre políticas públicas e desenvolvimento local.

2.1 Administração Pública

Para um melhor entendimento acerca de que maneira as políticas públicas impactam nas vidas das pessoas, particularmente do Maciço de Baturité, é primordial que se possa compreender o conceito de Administração Pública, e da sua importância para a criação de políticas que tenham por propósito-mor a melhor qualidade de vida da população.

Os conceitos mais fundamentais sobre essa área teórico-prática podem ser encontrados em obras de pensadores importantes da Grécia antiga, em especial no livro “A República” de Platão.

Com a criação da *polis* de Atena, uma das principais e mais famosas cidades da história, a partir da criação do conceito de Democracia, esta palavra derivada do próprio grego, que pela sua lexicologia significou, na prática, entregar o poder de decidir o futuro da cidade nas mãos do povo ateniense.

Esse ato simboliza o início da possibilidade de criação das primeiras políticas públicas, particularmente na Europa. É possível destacar na obra de Santos (1994), de maneira a corroborar com a importância da instalação da *polis* de Atena:

“O nascimento da polis empresta ao grego uma segunda vida, que se sobrepõe ao âmbito da esfera pessoal e privada, o *bios politikos*. Reunidos em assembleia (*écclesia*), animados pelo espírito de competição (*âgon*), persuadem-se, deliberam, decidem em conjunto sobre o que é comum (*koinon*). Esse grande comício ao ar livre era franqueado a todos os cidadãos que quisessem comparecer para dar a palavra decisiva sobre assuntos relativos a atividades governamentais: guerra ou paz, finanças, tratados, legislação, obras públicas”.

De modo que a vida política ateniense trazia a possibilidade de que a população grega pudesse, a partir de então, participar da vida política e da implementação de políticas públicas, essas ações colaboraram para que a cidade de Atenas se tornasse um epicentro de cultura, saberes, ciência e política, tornando-se referência até os dias atuais, proporcionando que o pensamento grego se tornasse a pedra angular para o conceito de democracia moderna e de políticas públicas. Prosseguindo com o raciocínio de Santos (1994), tem-se que:

“Somente quando o político se tomar atributo de todos e cada cidadão estiver vinculado a algum grupo expressivo da sociedade, seja ele liberal,

conservador, progressista ou reacionário, refletindo juntos os prós e contras a respeito de questões éticas e políticas básicas antes de decidir-se soberanamente, é que o funcionamento das democracias ocidentais encontrará estabilidade e realizará sua essência em plenitude, nessa cidade-mundo que a ciência e a técnica estão construindo”.

Assim, é importante pontuar que as políticas públicas são resultado de uma ampla participação popular no administrar da coisa pública, perpassada pelo trabalho de muitas mãos, de maneira democrática e consciente.

Com o passar dos séculos, os conceitos de administração pública se moldaram às múltiplas realidades sociais, culturais, históricas e econômicas dos numerosos países que surgiram e existiram desde então.

É importante mencionar a evolução dos conceitos e dos fatos que hoje compõem os estudos desta temática. Segundo Oliveira Filho (1968), “Administração pública são as atividades, ou trabalhos que as pessoas jurídicas de direito público desenvolvem por meio de seus representantes para a aquisição, conservação, uso, gozo e reivindicação dos seus bens, direitos e interesses”.

A administração pública surge no Brasil envolta de paradigmas teóricos e com grandes analogias às características até então vistas na administração de empresas privadas, com a presença principalmente da racionalidade e da busca pela eficiência em suas ações. O início deste debate pauta-se em meados da década de 30 e, para embasar tal afirmação, traz-se o pensamento de Keinert (1994):

“Este período paradigmático é marcado pela grande influência dos chamados “princípios da Administração” que traziam em si a idéia de neutralidade e aplicabilidade a qualquer contexto, permitindo que se equiparasse a Administração Pública à Administração de Empresas”.

De acordo com Fischer (1984) observa-se a relevância da criação e implementação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) durante o governo de Getúlio Vargas em meados de 1938. Alguns teóricos da área dão grande ênfase a este órgão, visto o seu viés formador dos novos profissionais do serviço público àquela época.

Anos depois, em 1952, veio o surgimento da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), com apoio de professores e órgãos americanos, onde priorizava-se o ensino e o aperfeiçoamento de profissionais brasileiros para o trabalho na administração pública.

A partir de 1989, com a influência do chamado “paradigma emergente”, observou-se o surgimento de um “novo” papel do Estado, onde suas ações deveriam estar veementemente pautadas na busca do democrático bem comum e do interesse coletivo, sempre observando criteriosamente o bem estar de sua população, acima de quaisquer interesses privados e/ou pessoais.

Os objetivos da administração pública em questão devem ser prezados sempre ora na teoria, ora na prática, principalmente no que tange ao planejar, executar e acompanhar que os administradores públicos devem conscientemente fazê-los ao gerir a máquina pública.

É de suma importância que essas ações atendam à princípios e valores éticos, moldados historicamente pela sociedade, de maneira que quaisquer escolhas, principalmente na coisa pública, por mais simplórias que sejam, podem impactar a vida de muitas pessoas.

Traz-se este pensamento pela necessidade veemente e constante de mudança e despolarização (a partir das reflexões feitas com a situação atual das pulverizadas posições políticas nas quais o Brasil possui) com que é tratada a administração pública em um contexto geral em quaisquer ambientes que estiver sendo colocada em prática.

Sobretudo, é de suma importância saber delimitar conscientemente as ações que um administrador público deverá tomar ao longo de sua carreira, de modo que as ações executadas não estejam em dissonância com os princípios éticos e democráticos que regem o exercício da função pública. Para isto, é apropriado que seja analisada criteriosamente como é gerenciada a gestão pública no Brasil, em particular, em contextos locais.

A administração pública sob a ótica do desenvolvimento regional e/ou local deve considerar aspectos como uma boa gestão pública. Para isso, é essencial tomar conhecimento, no tópico 2.1, sobre o que caracteriza ser gestão pública e como as suas boas práticas podem ser benéficas para o desenvolvimento da sociedade.

2.2 Gestão Pública

No que concerne ao conceito de gestão pública, muito se percebe que existe alguma semelhança com o termo administração pública, apesar de serem

usadas como sinônimas uma da outra, é factível que existam discrepâncias teóricas e práticas.

Na própria academia utiliza-se o termo gestão pública para cursos de graduação em Administração Pública, desta forma já se vincula um termo ao outro sem mencionar suas particularidades e especificidades. Carneiro & Menicucci (2013) questionam em seu livro esta distinção entre os termos:

“Nas últimas três décadas, o termo gestão pública, em substituição à administração pública, tem sido utilizado de forma intensa, mas apesar disso, ou por causa disso, tornou-se um termo polissêmico. Para alguns se confunde com administração pública, para outros marca o rompimento com a administração pública tradicional e adoção de ferramentas da gestão do mundo dos negócios ou tem significado mais amplo”.

A gestão pública vem para contrapor a administração pública. Em questão, a gestão pública não se detém apenas a utilizar-se da teoria da ciência administrativa, mas também do processo decisório *in loco* e o agir da política.

Destaca-se, sobretudo, a influência do papel do Estado, onde antes utilizava-se da racionalidade e da eficiência para ações no serviço público e hoje opta pelo modelo de Estado desenvolvimentista.

Percebe-se também a interferência da política no modo de gerir na máquina pública, mesmo que haja a utilização de conceitos e princípios da administração e a busca pela primazia da eficiência, observa-se que a gestão pública é permeada não somente pela teoria vista no ensino de administração de empresas e pública, mas também pelas ações em governos, em especial do Brasil em suas três esferas existentes.

A política na gestão pública e na gestão das políticas públicas desempenha um papel de indispensável relevância, visto que muitas vezes, por sua importância, dura muito tempo, passando por várias equipes de governo, muitas tomadas de decisões, ajustes e como sendo pauta prioritária em eleições.

Entretanto, indiscutivelmente, é de competência de toda a sociedade observar e fiscalizar o cumprimento dessas políticas com base no seu próprio objetivo, de maneira que estas não sejam deturpadas, severamente alteradas ou até mesmo extintas.

No Brasil, por exemplo, as políticas públicas representam ações com diversos objetivos: combate à pobreza e a fome, diminuição da violência e do

desmatamento, inclusão socioeconômica, redução de impactos de crises na economia, dentre outros objetivos importantes para a melhoria da qualidade de vida da população.

Pode-se perceber que essas são a peça chave para mensurar o índice de satisfação ou rejeição de um governo, e por este motivo estas são tão importantes para o desenvolvimento do país nas áreas de atuação dessas políticas. Para complementar o raciocínio, conclui-se com o pensamento de Carneiro e Menicucci (2013) que falam:

“Além da dimensão técnica, a dimensão política é a chave para a eficácia do processo e deve ser situada nos marcos da democracia por meio de uma gestão pública de qualidade, eficaz, eficiente, honesta, transparente, que preste contas e dialogue com a sociedade civil para resolver os problemas nacionais”.

Cabe aos gestores públicos observarem e analisarem democraticamente as principais necessidades de seus cidadãos e garantir-lhes políticas públicas eficientes, assegurando uma melhor qualidade de vida, visto o que a sua função deve desempenhar.

Esse processo deve ser inclusivo, nunca apenas participativo, considerando sempre as necessidades mais urgentes da população, escutando minorias sociais historicamente afetadas, bem como garantindo a constitucionalidade do planejamento e execução das políticas públicas, de maneiras a garantir que essas possam ser acessíveis a todos os segmentos da sociedade, sem distinções.

Outro viés não menos importante e de grande impacto na eficiência da gestão pública, e infelizmente muito comum no Brasil, são os constantes e sempre noticiados casos de corrupção e o aparelhamento das instituições.

Desta forma, não se torna o foco deste trabalho associar ou relacionar qualquer consequência a estas ações acima citadas, sem embargo as mesmas produzem prejuízos sem medida quando afeta desde cargos superiores, em grandes instâncias, até cargos inferiores, em níveis locais.

Como forma de analisar as práticas dos gestores públicos e se estas de fato estão sendo executadas em prol do desenvolvimento, tem-se como um grande aliado a apuração de indicadores sintéticos que mensurem diversos parâmetros fundamentais para o funcionamento pleno do serviço público, como por exemplo: saúde, educação, habitação, dentre outros.

Como forma de colaborar para o entendimento do papel desses números como reflexo da qualidade de vida das pessoas, é apropriado analisar o tópico 2.2 que aborda sobre o assunto.

2.3 Indicadores socioeconômicos

Para que haja um melhor embasamento teórico acerca da pesquisa acadêmica a ser mostrada nos tópicos seguintes, torna-se necessário, também, a utilização de variáveis e/ou indicadores para que se possa mensurar com efetividade as mudanças na sociedade através das políticas adotadas.

Siedenberg (2003) já afirma que, “Um indicador é, portanto, apenas uma unidade de medida parcial, substitutiva”. Ou seja, que apenas a apresentação dos indicadores por si só não tem a capacidade de mostrar com precisão uma efetiva mudança social, sendo necessário para tal conter conceitos subjetivos e análises mais aprofundadas.

Já Januzzi (2002) argumenta que:

“Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”.

Antes de prosseguir com a temática, sobre a relação existente entre os indicadores socioeconômicos e as políticas públicas, é pertinente conhecer as diferenças entre os conceitos de indicadores sociais e indicadores econômicos. Para isso, traz-se o pensamento de Siedenberg (2003):

“Há ainda uma característica que diferencia indicadores econômicos e sociais: enquanto diferentes aspectos do desenvolvimento econômico podem ser quantificados diretamente (por exemplo o PIB – Produto Interno Bruto – de um país ou região, a sua variação e evolução, ou também a renda per capita), a maior parte dos indicadores do desenvolvimento social (aspectos relacionados à educação, saúde, bem-estar, direitos, cidadania, etc.) não é diretamente mensurável nem há uma definição consensual sobre o uso dos mesmos, sobre o modo de obtenção destes dados, sobre as relações que se estabelecem, sobre os valores (éticos) embutidos e sobre os (pré)conceitos teóricos que os fundamentam”.

No que tange a este trabalho, é de suma importância sinalizar o uso de indicadores e o auxílio destes no ciclo de criação das políticas públicas, partindo desde a formulação até a implementação neste caso, de políticas públicas a nível regional.

Januzzi (2005) salienta que, “No campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático”. É perceptível que os resultados de determinados indicadores podem influenciar no processo decisório na gestão pública.

Exemplos de alguns dos dados mais mencionados na literatura sobre o tema são, de abordagem mais generalista, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Interno Bruto *per capita*; e para uma análise a nível municipal utiliza-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Não menos importante, e para que não se avalie apenas o resultado, deve-se também entender os conceitos e as diferenças políticas públicas e desenvolvimento municipal, de modo que é importante a leitura da abordagem desta temática no tópico 2.3.

2.4 Políticas Públicas versus Desenvolvimento Municipal

Enfatiza-se na administração pública e na gestão pública, o lugar de destaque que as políticas públicas desempenham, desde a sua formulação até a sua atuação em prol do bem estar da população, está na plena atuação de atores como o Estado, o governo por meio de gestores públicos, os chamados *stakeholders* e os servidores públicos, não esquecendo, dos cidadãos como receptores das políticas públicas.

Teixeira (2002) afirma que: “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

Segundo Souza (2006) existem quatro principais estudiosos na área de definição de políticas públicas, os quais são: Laswell, Simon, Lindblom e Easton. A referida autora também discerne sobre o que podemos concluir sobre o que são políticas públicas:

“Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

É importante deixar registrado, corroborando com o que já foi dito em parágrafos anteriores, que as políticas públicas podem estar em atuação em diversas áreas, podendo ser citado como um bom exemplo na área da saúde o Sistema Único de Saúde (SUS), criado no final dos anos 80, de tal maneira que é imprescindível e relevante tratar sobre essa temática, por se tratar, no caso do SUS, de uma ação coordenada a nível nacional, sendo referência no mundo todo em saúde pública, assim como o *National Health Service* (NHS) do Reino Unido.

O SUS, como política pública, é resultado de diversas discussões democráticas e de planejamentos que visassem garantir a toda a população brasileira, apesar da vasta extensão territorial e de todas as adversidades logísticas, que um serviço de saúde público de qualidade pudesse chegar a todos e todas, de norte à sul e de leste à oeste do país.

Outra perspectiva sobre o conceito de políticas públicas, tem-se de García Delgado (2018), onde entende-se por política pública:

“Una definición sencilla y muy general de política pública sostiene que es la forma por la cual el Estado da respuesta a las demandas de la sociedad o a los problemas que se le presentan. A ello responde con políticas públicas que dan lugar a la producción de bienes y servicios, normativas, regulaciones y controles, es decir, considera a la política pública como producto”.

Desta forma, pode-se analisar que as políticas públicas perpassam muito além do que meras ações realizadas pelo Estado. Estas passam principalmente a ser um produto de decisões do Poder Público, com apoio da sociedade das instituições e, por intermédio delas, pode-se ver as mudanças na sociedade.

Segundo García Delgado (2018), se faz necessário também ver as políticas como uma questão de agenda, desde a sua formulação até a sua implementação, observando o seu processo de desenvolvimento e se esta política pública cumpriu com a demanda imposta pela coletividade.

Souza (2006) afirma que: “o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação”.

A agenda aqui, a um nível local, enfrenta a falta de conhecimento teórico-prático e de alianças da gestão pública para que se possam ser concretizadas. Muitas vezes percebe-se a influência da corrupção, das políticas brasileiras ineficazes e algumas vezes obsoletas, isto é, que não acompanharam a evolução dos tempos, e do alinhamento que os gestores públicos se abstêm de se interessar e desenvolver no seu município.

Ressalta-se aqui a importância do debate acerca do desenvolvimento local como aliado na gestão pública, aqui cita-se também as pessoas dos gestores públicos.

Faz-se necessário também avaliar a afirmação de Buarque (1998), onde cita que: “Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

Desta maneira é notável a relação existente os gestores públicos e o desenvolvimento local.

A partir do momento, que a administração pública/gestão pública local tomar ciência da relevância e do papel de ator de mudança que estes devem desempenhar, as ações dos gestores terão como resultado uma melhor gestão e resultados mais satisfatórios sobre o que concerne o desenvolvimento local e as políticas públicas. Relata-se aqui que é, em sua quase totalidade, de interesse do gestor, fazer e tornar efetivas suas ações de melhoria em sua cidade ou região.

Se faz necessário também e, sobretudo, prioritário a sobreposição do interesse coletivo sob os interesses individuais, salvo o que está disposto no nosso ordenamento jurídico, é papel do Estado (destaca-se, sobretudo, importante mencionar também os outros entes federativos) garantir boas condições de vida a sua população.

Para a consolidação da proposta desta obra e seu desenvolvimento, é primordial entender o material e o método de pesquisa utilizados para a sua produção. Estas relevantes informações podem ser contempladas a partir da leitura do capítulo 3.

3 MATERIAL E MÉTODO

i) Material

Neste capítulo será abordado o material que foi utilizado para compor este trabalho, no caso, informações acerca da Região do Maciço de Baturité.

Segundo a caracterização geográfica do Estado do Ceará (CEARÁ, 2015), a região do Maciço de Baturité é composta por treze municípios, sendo eles, em ordem alfabética: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. Fazendo limites com as Regiões da Grande Fortaleza, Vale do Jaguaribe, Sertão Central e o Sertão de Canindé.

Para aprimorar a análise deste trabalho, se faz importante observar os dados sobre população e renda *per capita* desta região, desta forma apresenta-se a Tabela 1.

Tabela 1 – População e renda *per capita* da Região do Maciço de Baturité

Cidades	População*	Renda <i>per capita</i> ** (R\$)
Acarape	15.338	8.075,56
Aracoiaba	25.391	7.457,75
Aratuba	11.529	11.444,89
Barreira	19.573	6.958,94
Baturité	33.321	9.114,77
Capistrano	17.062	9.827,07
Guaramiranga	4.164	16.087,25
Itapiúna	18.626	6.523,57
Mulungu	11.485	9.079,87
Ocara	24.007	6.918,38
Pacoti	11.607	8.863,39
Palmácia	12.005	7.017,58
Redenção	26.415	16.423,12
Total	230.523	

*Fonte: IBGE Cidades (2010)

**Fonte: IBGE Cidades (2018)

Pode-se perceber que para informações sobre o quantitativo populacional da região de acordo com o Censo 2010, disponibilizado através do banco de dados do IBGE Cidades apresentado acima, mostra-se que para a referida região consta-se um total de 230.523 habitantes. Segundo o IBGE Cidades 2018, Redenção possui a maior renda *per capita* da região, em comparação com os demais municípios.

Para que se possa avaliar de forma mais sintética, é relevante a avaliação da Tabela 2. Para informações adicionais acerca do IDS-O, IDS-R e IDM, sugere-se ler o Anexo A, Anexo B e Anexo C.

Tabela 2 – Indicadores Sociais e de Desenvolvimento do Maciço de Baturité

Indicadores	Composição	Parâmetro	Período de Referência
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O)	Educação, Saúde, Condições de habitação.	Valores no intervalo de 0 a 1, classificado entre 0 a 0,500 (baixo), de 0,500 a 0,650 (médio-baixo), de 0,650 a 0,800 (médio-alto) e 0,800 a 1,000 (alto)	2006 a 2015
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R)	Educação, Saúde, Condições de habitação.	Valores no intervalo de 0 a 1, dividido entre 0 a 0,500 (baixo), de 0,500 a 0,650 (médio-baixo), de 0,650 a 0,800 (médio-alto) e 0,800 a 1,000 (alto)	2000 a 2015
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)	Indicadores fisiográficos, fundiários e agrícolas; Indicadores demográficos e econômicos; Indicadores de infraestrutura de apoio; Indicadores sociais.	Valores no intervalo de 0 a 100 (sendo ainda divididos em quatro classes)	2000 a 2016
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Renda, educação e saúde.	Valores no intervalo de 0 a 1, sendo considerado o índice até 0,550 (baixo), de 0,550 a 0,699 (médio), 0,700 a 0,799 (alto) e a partir ou maior que 0,800 (muito alto)	2000 e 2010

Fonte: Elaborada pela autora com base em IPECE (2017), IPECE (2020) e UNDP (2019).

Segundo IPECE (2017) entende-se que o IDS-O é calculado a partir das dimensões de educação, saúde e habitação, demonstrando como é ofertado nestas dimensões os serviços à sociedade.

Já para o IDS-R, apresenta-se também as mesmas dimensões que o IDS-O, contudo observado pela ótica da população, mostra o efeito da oferta destes serviços e como este interfere no bem-estar dos cidadãos.

De acordo com IPECE (2020) o IDM é estudado a partir dos seguintes grupos/dimensões, são eles: indicadores fisiográficos, fundiários e agrícolas; indicadores demográficos e econômicos, indicadores de infraestrutura de apoio e os indicadores sociais, demonstrando o nível de desenvolvimento de cada município do Estado do Ceará, em particular, as cidades que compõem o Maciço de Baturité.

Destaca-se, ainda, neste trabalho, a importância de averiguação do IDH, contido de forma secundária nos documentos disponibilizados pelo IPECE.

Como já citado anteriormente, não se deve esquecer de salientar o método desta pesquisa, que é mostrado no subtópico ii.

ii) Método

A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2002) afirma-se que “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

No que diz respeito à abordagem, a pesquisa foi executada de forma qualitativa, onde foram analisadas bibliografias da área, bem como da base de dados estatísticos do IPECE e com a obtenção também de dados secundários obtidos por este mesmo órgão.

Para a tabulação e elaboração das tabelas e gráficos contidos neste trabalho, foi utilizado o software *Microsoft Office Excel*. Logo, o seu manejo facilitou a análise dos indicadores estudados através dos recursos elaborados de modo a facilitar o entendimento e a análise do comportamento dos indicadores socioeconômicos mostrados.

Para ter conhecimento dos resultados e análises deste trabalho, é pertinente a averiguação dos resultados e discussões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentam-se os resultados e discussões, na ordem e, de acordo com os objetivos específicos outrora enunciados neste estudo, os indicadores IDS-O, IDS-R, IDM e o IDH, respectivamente.

Para que se possa iniciar este debate, verificar o tópico 4.1.

4.1 Análise dos Indicadores IDS-O e IDS-R no Maciço do Baturité

É pertinente a este trabalho a averiguação ao longo dos anos do IDS-O e do IDS-R visto o seu papel de influência nas políticas públicas, desta maneira inicia-

se com a análise da tabela e do gráfico do IDS-O, entre os anos de 2006 a 2015, através da Tabela 3.

Tabela 3 – IDS-O dos municípios do Maciço de Baturité

	2006	2007	2008	2009	2012	2013	2014	2015
Acarape	0,507	0,446	0,447	0,462	0,817	0,825	0,795	0,788
Aracoiaba	0,324	0,345	0,376	0,390	0,751	0,774	0,768	0,770
Aratuba	0,534	0,533	0,476	0,480	0,797	0,813	0,794	0,800
Barreira	0,355	0,344	0,348	0,439	0,828	0,803	0,780	0,788
Baturité	0,367	0,378	0,394	0,378	0,779	0,800	0,776	0,794
Capistrano	0,395	0,390	0,420	0,423	0,738	0,771	0,716	0,728
Guaramiranga	0,349	0,379	0,381	0,463	0,786	0,777	0,720	0,807
Itapiúna	0,327	0,353	0,377	0,379	0,742	0,743	0,727	0,731
Mulungu	0,363	0,384	0,390	0,404	0,745	0,741	0,717	0,733
Ocara	0,308	0,356	0,386	0,401	0,715	0,787	0,782	0,799
Pacoti	0,499	0,543	0,555	0,548	0,720	0,782	0,799	0,790
Palmácia	0,409	0,388	0,395	0,424	0,674	0,765	0,743	0,712
Redenção	0,383	0,399	0,429	0,449	0,779	0,772	0,763	0,786

Fonte: Elaborada pela autora com base em IPECE (2011) e IPECE (2017)

O Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O), de acordo com IPECE (2011), é composto por dimensões de educação, saúde, habitação e emprego e renda, para os anos de 2006 a 2009.

Entretanto, segundo IPECE (2017), para os anos de 2012 a 2015, o índice é elaborado através de indicadores das dimensões de educação, saúde e habitação.

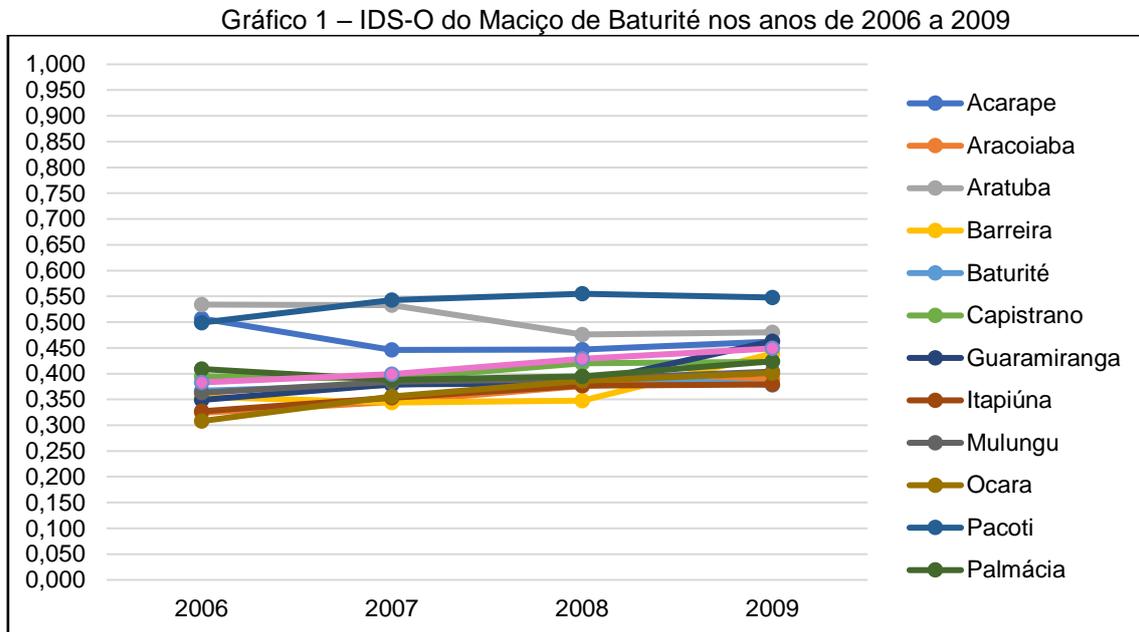
Em termos gerais, pode-se, de início, perceber que os municípios da região, entre 2006 e 2009, tiveram o IDS-O entre 0,308 e 0,555, sem muitas alterações significativas nesse período.

Portanto, entre 2009 e 2012 foi possível notar uma evolução mais significativa no indicador, motivada principalmente pela retirada da dimensão de emprego e renda da metodologia de cálculo.

Após o ano de 2012, até 2015, é possível ver que a maioria dos municípios se manteve no mesmo patamar nesse período, com alguns pequenos avanços ou reduções no indicador.

Como forma de auxiliar no entendimento do comportamento do IDS-O dos municípios pesquisados, a partir da leitura realizada da Tabela 3 e da sua análise, é pertinente a contemplação e a análise do Gráfico 1 e do Gráfico 2, que abordam o índice para os municípios da região, separadamente, em dois períodos, de 2006 a

2009 (analisado através do Gráfico 1) e de 2012 a 2015 (analisado através do Gráfico 2).



Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2011).

O município de Acarape registrou perdas no IDS-O, consecutivamente, nos três primeiros anos pesquisados, tendo recuperado muito pouco o seu desempenho no indicador apenas no ano de 2009.

Sobre o IDS-O de Aracoiaba, pode-se analisar que o IDS-Oferta entre os anos de 2006 a 2009, teve-se valores respectivamente abaixo de 0,400, mantendo-se quase estável e sem muitas alterações.

Para os anos de 2006 e 2007, observa-se que o IDS-Oferta da cidade de Aratuba permaneceu estável, tendo uma queda nos anos de 2008 e 2009.

De acordo com IDS-Oferta de Barreira, analisa-se que entre os anos de 2006, 2007 e 2008, os seus valores permaneceram bem próximos, tendo um avanço no ano de 2009.

Para o município de Baturité, seguindo o comportamento da maioria das cidades da região, o IDS-O não registrou avanços significativos durante o período analisado no Gráfico 1.

Anterior à 2012, o município encontrava-se em referências muito baixas e havia poucas mudanças, entre os anos de 2006 a 2009.

Verifica-se que nos anos de 2006, 2007 e 2008, os valores do IDS-Oferta da cidade de Guaramiranga não se modificaram, tendo um crescimento mais expressivo no ano de 2009.

O município de Itapiúna obteve singelos avanços entre os anos de 2006 e 2009 no IDS-O. Nota-se, primeiramente, um pequeno avanço nos dois primeiros anos pesquisados. Entre 2008 e 2009, um avanço de dois milésimos no valor indicou estagnação neste índice.

Sobre o IDS-Oferta do município de Mulungu, observa-se que nos quatros primeiros anos pesquisados, não ocorreram grandes alterações em seus valores

A variação do IDS-O em Ocara nos quatros primeiros anos observados foi singela, de apenas um décimo.

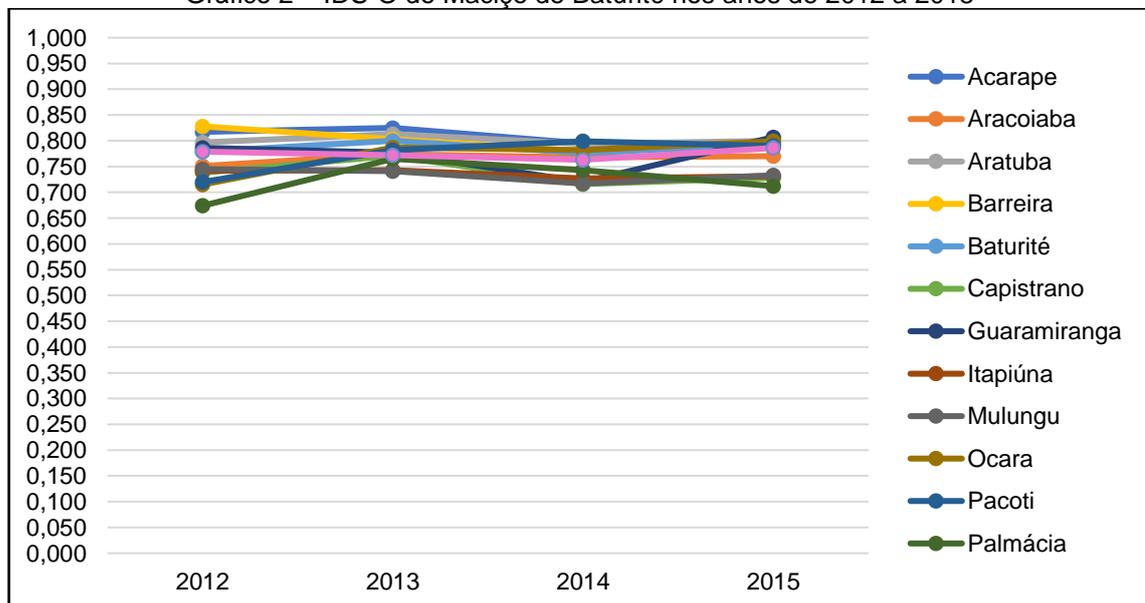
Sobre o IDS-O de Pacoti, nota-se que nos quatros primeiros anos pesquisados não ocorreram grandes alterações, o índice permanecendo com valores que variam de 0,499 até 0,555.

Acerca do IDS-O do município de Palmácia, compreende-se que durante os anos de 2006 e 2009, os valores não ultrapassaram o valor de 0,424 e a mínima de 0,388.

O IDS-O de Redenção apresenta-se em um quadro de evolução gradual ao longo dos anos de 2006 a 2009.

Com a mudança de metodologia realizada, conforme supracitado, convém analisar o Gráfico 2.

Gráfico 2 – IDS-O do Maciço de Baturité nos anos de 2012 a 2015



Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2017).

Pode-se notar que o IDS-O de Acarape, esteve em um patamar mais elevado a partir do ano de 2012, logo o seu maior resultado foi no ano de 2013, diminuindo nos dois anos seguintes.

O IDS-O de Aracoiaba, a partir do ano de 2012, subiu para valores acima de 0,700, porém em comparação à cidade antes estudada, Aracoiaba permanece abaixo.

A partir de 2012, o índice em Aratuba subiu expressivamente, atingindo a marca de 0,813 no ano de 2013, que se reduziu no ano de 2014 e novamente obteve alta em 2015 com 0,800.

Sobre o que mostra o IDS-O de Barreira, demonstra-se o mesmo comportamento no indicador neste município, puxando os dados para valores superiores a 0,700.

É notória a variação existente sobre o IDS-Oferta da cidade de Baturité quando se comparado os anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 com os quatro anos seguintes (2012, 2013, 2014 e 2015). Sendo a mesma a principal cidade da região, nota-se que houveram mudanças consideráveis a partir do ano de 2012, sendo no ano de 2013 o ápice, com dados aproximáveis de 0,800. Nos anos posteriores, não se observa grandes alterações.

Assim como algumas outras cidades da região, Capistrano teve um progresso no IDS-Oferta a partir do ano de 2012, tendo os anos seguidos valores acima de 0,700, logo mudanças na oferta de serviços públicos se perpetuou até 2015.

O IDS-O em Guaramiranga alcança valores bem acima do período anterior, permanecendo nesse patamar pelos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

Em 2012, para o índice de Itapiúna, nota-se um significativo aumento de quase duas vezes em relação ao apontado no ano anterior pesquisado e, a partir de então, com leves reduções em 2014 e 2015.

Mulungu registrou um crescimento notável a partir do ano de 2012, com 0,745. Nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, as referências deste índice permaneceram bem próximas.

Em Ocara pontua-se, notavelmente, um crescimento do índice em 2012, em relação ao período pesquisado no gráfico anterior. A partir de então, os valores tiveram comportamento pouco volátil.

Em Pacoti observa-se uma leve evolução ao longo dos anos de 2012 até 2015, obtendo uma melhor posição no ano de 2014, com 0,799.

No município de Palmácia observa-se uma evolução gradual, até que em 2013 atingiu sua melhor posição com 0,765. Nos anos posteriores, manteve-se no patamar acima de 0,700 e demonstra que a oferta de serviços públicos continuou em bons níveis.

O IDS-O de Redenção, apresenta-se em um quadro de evolução gradual ao longo dos anos de 2006 a 2009, a partir de 2012, observa-se um considerável aumento deste índice fazendo com que o mesmo chegasse em níveis acima de 0,700.

Pode-se constatar que o município de Pacoti, em quatro anos (2007, 2008, 2009 e 2014) obteve os melhores resultados para o IDS-O em comparação as demais cidades da região e Barreira (nos anos de 2007 e 2008) e Palmácia (nos anos 2012 e 2015), tiveram os piores resultados para este índice da região.

É relevante também a análise da média do IDS-O entre os anos de 2006 a 2009 e 2012 a 2015, para que se possa avaliar com uma maior clareza o patamar que cada cidade estava, no período estudado neste trabalho, em se tratar, do nível de desenvolvimento classificado pelo IPECE (2011) e o IPECE (2017), convém contemplar a Tabela 4.

Tabela 4 – Média do IDS-O entre anos do Maciço de Baturité

	2006 a 2009	Classificação	2012 a 2015	Classificação
Acarape	0,466	regular	0,806	Alto
Aracoiaba	0,359	regular	0,766	médio-alto
Aratuba	0,506	bom	0,801	Alto
Barreira	0,372	regular	0,800	médio-alto
Baturité	0,379	regular	0,787	médio-alto
Capistrano	0,407	regular	0,738	médio-alto
Guaramiranga	0,393	regular	0,773	médio-alto
Itapiúna	0,359	regular	0,736	médio-alto
Mulungu	0,385	regular	0,734	médio-alto
Ocara	0,363	regular	0,771	médio-alto
Pacoti	0,536	bom	0,773	médio-alto
Palmácia	0,404	regular	0,724	médio-alto
Redenção	0,415	regular	0,775	médio-alto

Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2011) e IPECE (2017).

De acordo com o IPECE (2011), a classificação do IDS-O obedece a: de 0 a 300 (ruim), de 0,300 a 0,500 (regular), de 0,500 a 0,700 (bom) e de 0,700 a 1,000 (ótimo). Já segundo o IPECE (2017), a classificação deste índice está em: de 0 a 500 (baixo desenvolvimento social, de 0,500 a 0,650 (médio-baixo desenvolvimento social), de 0,650 a 0,800 (médio-alto desenvolvimento social) e de 0,800 a 1,000 (alto desenvolvimento social).

Percebe-se que entre os anos de 2006 a 2009, as cidades que se destacaram foram Aratuba e Pacoti, com classificação considerada maior em comparação as demais cidades da região.

Já entre os anos de 2012 a 2015, Aratuba permanece em uma boa colocação, demonstrando alto desenvolvimento social, Pacoti não segue no mesmo nível e não está entre as que se destacam e Acarape surge como um município que recentemente está categorizado como um local de alto desenvolvimento.

Faz-se relevante também analisar o IDS-R dos municípios do Maciço de Baturité, como maneira de examinar a prestação do serviço público, portanto, é importante analisar a Tabela 5.

Tabela 5 – IDS-R das cidades do Maciço de Baturité

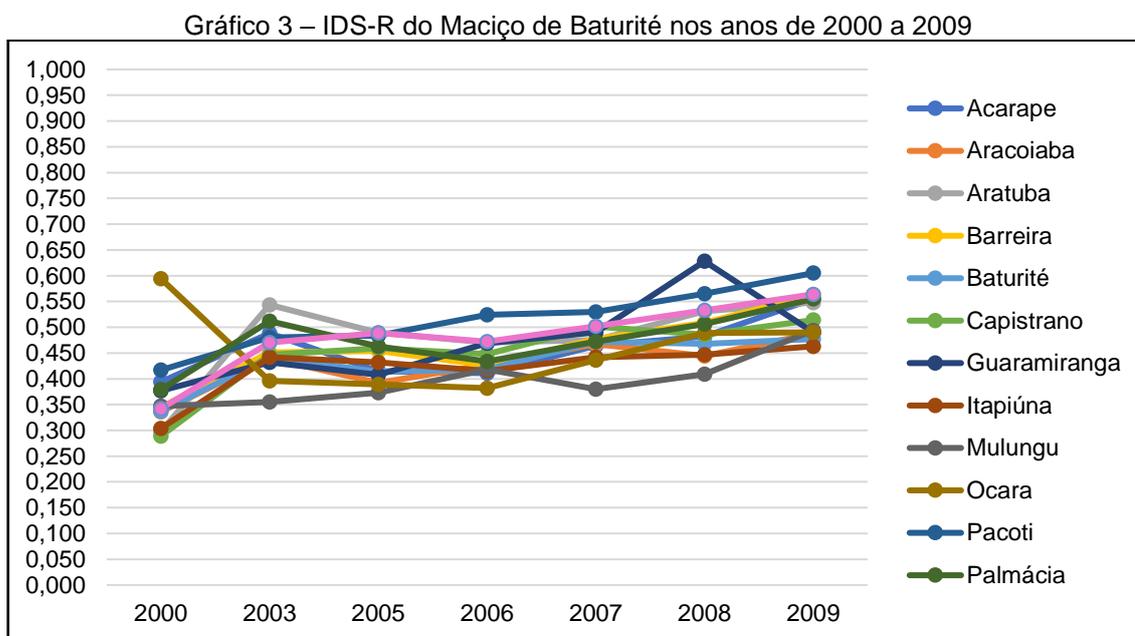
	2000	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2012	2013	2014	2015
Acarape	0,394	0,488	0,415	0,411	0,464	0,482	0,555	0,474	0,437	0,431	0,473
Aracoiaba	0,336	0,440	0,392	0,427	0,467	0,444	0,488	0,506	0,544	0,579	0,564
Aratuba	0,298	0,543	0,490	0,470	0,475	0,531	0,548	0,595	0,598	0,590	0,611
Barreira	0,345	0,451	0,454	0,426	0,477	0,509	0,563	0,549	0,543	0,564	0,584
Baturité	0,337	0,442	0,414	0,418	0,472	0,468	0,477	0,535	0,496	0,537	0,530
Capistrano	0,289	0,447	0,459	0,448	0,501	0,486	0,514	0,524	0,534	0,561	0,530
Guaramiranga	0,377	0,432	0,408	0,469	0,490	0,628	0,490	0,649	0,627	0,631	0,659
Itapiúna	0,304	0,442	0,432	0,415	0,442	0,447	0,463	0,490	0,459	0,447	0,505
Mulungu	0,347	0,355	0,373	0,418	0,380	0,409	0,494	0,518	0,533	0,453	0,479
Ocara	0,594	0,396	0,389	0,382	0,436	0,489	0,490	0,494	0,474	0,509	0,520
Pacoti	0,417	0,480	0,484	0,524	0,530	0,565	0,605	0,577	0,572	0,573	0,599
Palmácia	0,379	0,512	0,463	0,434	0,472	0,506	0,555	0,497	0,425	0,482	0,508
Redenção	0,342	0,470	0,489	0,472	0,502	0,533	0,564	0,609	0,581	0,578	0,608

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2004), IPECE (2006), IPECE 2008, IPECE (2011) e IPECE (2017).

Na Tabela 5, apresenta-se o IDS-R dos municípios que compõem o Maciço de Baturité, entre os anos de 2000 a 2015. Segundo IPECE (2017), este indicador

também sofreu alteração em sua metodologia de cálculo em comparação aos dados obtidos até o ano de 2009.

Para visualizar melhor os resultados dos índices para os anos supracitados, é importante avaliar o Gráfico 3.



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2004), IPECE (2006), IPECE 2008, IPECE (2011).

Em análise dos dados referentes ao IDS-R de Acarape, pode-se notar que desde o ano 2000 até o ano de 2008, os valores não ultrapassavam o valor de 0,500.

Sobre o IDS-R de Aratuba, percebe-se que no ano 2000 os valores deste município eram muito baixos e ineficientes, constando o valor de 0,298.

No ano de 2003, observa-se que houve uma melhoria, porém nos anos seguintes, 2005, 2006 e 2007, respectivamente, houveram posições estáveis quantos aos dados.

Os dados sobre o IDS-R de Barreira, apresenta que o município desde 2000, vem numa perspectiva de poucas mudanças e avanços, obtendo um valor acima de 0,500 apenas a partir do ano de 2008. Em 2000, foi registrado o menor valor deste índice para a cidade de Baturité com 0,337.

Para a cidade de Capistrano não houveram grandes divergências nos anos estudados acerca do IDS-R; o pior valor foi registrado no ano de 2000, havendo nos anos seguintes apresentados valores variados entre 0,400 e pouco acima de 0,500.

Entre os anos de 2000, 2003 e 2005, o IDS-R de Guaramiranga se manteve entre 0,300 e 0,500. A contar de 2006, identifica-se que iniciou uma evolução neste índice, atingindo então seu melhor desempenho em 2008 contudo há uma queda em 2009.

Para o IDS-R de Mulungu, observa-se que entre os anos de 2000 a 2008, os valores se mantiveram aproximados, com exceção do ano de 2006, no qual apresentou o resultado de 0,418.

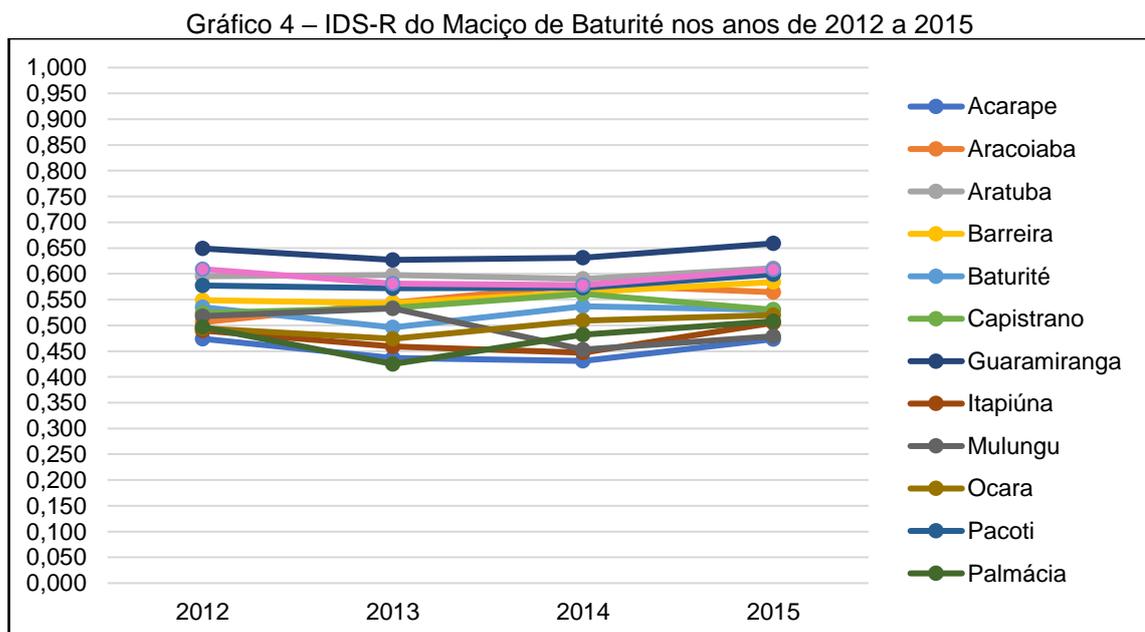
Antagonicamente, o Índice de Desenvolvimento Social de Resultado da cidade de Ocara não seguiu à risca o mesmo padrão do IDS-O. Houve um substancial decréscimo entre os dois primeiros anos observados, seguidos menores diminuições do índice até o ano de 2006.

O IDS-Resultado pacotiense cresceu gradativamente entre os anos de 2000 e 2009, com acréscimo de quase dois décimos, saltando de 0,417 para 0,605.

Para o IDS-R de Palmácia, observa-se uma certa irregularidade para cima e para baixo, ao longo dos anos analisados, havendo picos de progresso nos anos de 2003 e 2009.

Para o IDS-R de Redenção nota-se que em 2000, o índice atingia um valor muito baixo com 0,342, a contar de 2003, foi subindo pouco a pouco.

De forma a complementar os estudos sobre o IDS-R na região, torna-se pertinente analisar o Gráfico 4.



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2017).

Em termos gerais, os valores do indicador nos municípios flutuaram entre 0,289 (registrado em Capistrano no ano de 2000) e 0,659 (registrado em Guaramiranga no ano de 2015), sendo o índice guaramiranguense citado acima, segundo IPECE (2017), o único na série histórica na classificação “médio-alto”.

O IDS-R de Acarape diminuiu entre os anos de 2012, 2013 e 2014, aumentando novamente no ano de 2015.

Para o IDS-Resultado de Aracoiaba, ver-se que não houveram grandes mudanças ao longo dos anos de 2000 a 2015, partindo do valor de 0,336 para 0,564, sendo o ano de 2014 o destaque.

Para o IDS-R de Aratuba entre os anos de 2008 a 2014, os valores não ultrapassaram a marca de 600, tendo o município conseguido esta marca no ano de 2015.

Sobre o IDS-R de Barreira, observa-se que entre os anos de 2009 até 2015, os valores para este índice oscilaram deste mesmo patamar, não ultrapassando o valor 0,584 referente ano de 2015.

Sobre o IDS-R de Baturité percebe-se apenas dois picos principais de crescimento neste índice, que foram nos anos de 2003 e 2014. Sobre o IDS-R de Guaramiranga nota-se uma evolução contínua a partir de 2012.

Sobre o que diz respeito à cidade de Itapiúna, o IDS-R nos anos estudados neste trabalho, não alcançou grandes alterações, tendo o ano de 2000 o menor valor e o maior pesquisado em 2015.

Sobre o IDS-R de Mulungu, a contar de 2009, o índice seguiu em desenvolvimento atingindo a marca de 0,533 no ano de 2013. Nos dois últimos anos pesquisados, apresentou-se uma redução e uma leve recuperação em 2015. Para o IDS-R de Ocara observa-se uma particular diminuição de 2012 para 2013.

O IDS-R de Pacoti, até o ano de 2015, observou-se singelas reduções, com uma recuperação ao valor de 0,599 no ano supracitado, retomando quase ao patamar de 2009. Em termos gerais, o IDS-Resultado, no período estudado, cresceu quase dois décimos.

Sobre o IDS-R de Palmácia, comparado com alguns outros municípios da região, a referida cidade não obteve alta a contar do ano de 2012, e sim decréscimo neste índice para esse ano especificadamente.

Sobre o IDS-R de Redenção, em 2012 logrou a marca de 0,609, maior patamar já conquistado até então, mesmo havendo uma redução nos dois anos seguidos pesquisados.

Como forma de auxiliar na compreensão das médias de valores e na classificação dos indicadores de cada município da região, pode ser analisada a Tabela 6.

Tabela 6 – Média do IDS-R dos municípios do Maciço de Baturité

	2000 a 2009	Classificação	2012 a 2015	Classificação
Acarape	0,458	regular	0,454	baixo
Aracoiaba	0,428	regular	0,548	médio-baixo
Aratuba	0,479	regular	0,599	médio-baixo
Barreira	0,461	regular	0,560	médio-baixo
Baturité	0,433	regular	0,525	médio-baixo
Capistrano	0,449	regular	0,537	médio-baixo
Guaramiranga	0,471	regular	0,642	médio-baixo
Itapiúna	0,421	regular	0,475	baixo
Mulungu	0,397	regular	0,496	baixo
Ocara	0,454	regular	0,499	baixo
Pacoti	0,515	bom	0,580	médio-baixo
Palmácia	0,474	regular	0,478	baixo
Redenção	0,482	regular	0,594	médio-baixo

Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2004), IPECE (2006), IPECE 2008, IPECE (2011) e IPECE (2017).

Observa-se que no período de 2000 a 2009 a grande maioria das cidades da região figurou na classificação “regular” de acordo com IPECE (2011), excetuando-se apenas o município de Pacoti, que registrou índice que o colocou na classificação “bom”, de acordo com o instituto.

Já para o período que compreende os anos de 2012 a 2015 nenhuma cidade da região foi classificada com IDS-R “alto”, estando apenas entre as classificações “médio-baixo”, como as cidades de Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Pacoti e Redenção, ou na classificação “baixo”, sendo essa registrada nos municípios de Acarape, Itapiúna, Mulungu, Ocara e Palmácia.

Como complemento ao debate, é fundamental avaliar, também, outros indicadores dos municípios da região, como por exemplo o IDM e o IDH, a serem estudados no tópico 4.2.

4.2 Análise dos Indicadores IDM e IDH do Maciço do Baturité

De modo a enriquecer a importância deste trabalho, aborda-se também o desenvolvimento local e humano demonstrado a partir dos indicadores IDM e IDH para a região, respeitando os anos de estudos e a metodologia de cada indicador. Desta forma convém analisar o IDM, mostrado na Tabela 7.

Tabela 7 – IDM dos municípios do Maciço de Baturité

	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2016
Acarape	29,70	29,80	25,71	29,09	21,20	18,28	27,18	24,94
Aracoiaba	23,82	27,56	24,11	30,99	26,41	26,98	36,73	31,17
Aratuba	26,82	23,50	24,98	27,63	31,01	30,74	35,10	27,57
Barreira	20,01	27,53	27,11	29,44	22,93	17,44	33,65	25,60
Baturité	31,77	-	31,64	40,15	30,40	27,48	36,38	34,37
Capistrano	19,82	21,03	20,49	29,11	24,86	22,99	27,42	23,51
Guaramiranga	37,22	36,10	35,35	33,17	43,34	37,67	42,32	44,64
Itapiúna	20,72	22,01	19,22	31,05	22,61	21,90	26,90	19,01
Mulungu	27,18	26,06	19,93	23,54	21,84	19,79	24,50	21,93
Ocara	14,57	17,32	18,09	21,25	18,55	17,86	30,58	25,80
Pacoti	33,13	31,33	33,72	33,93	39,98	27,50	33,90	36,49
Palmácia	25,54	26,40	29,22	35,44	24,10	24,55	33,06	25,62
Redenção	39,48	38,36	38,67	40,57	36,36	32,69	42,27	40,90

Fonte: Elaborada pela autora com base em IPECE (2004), IPECE (2005), IPECE (2008), IPECE (2009), IPECE (2010), IPECE (2014), IPECE (2015) e IPECE (2017).

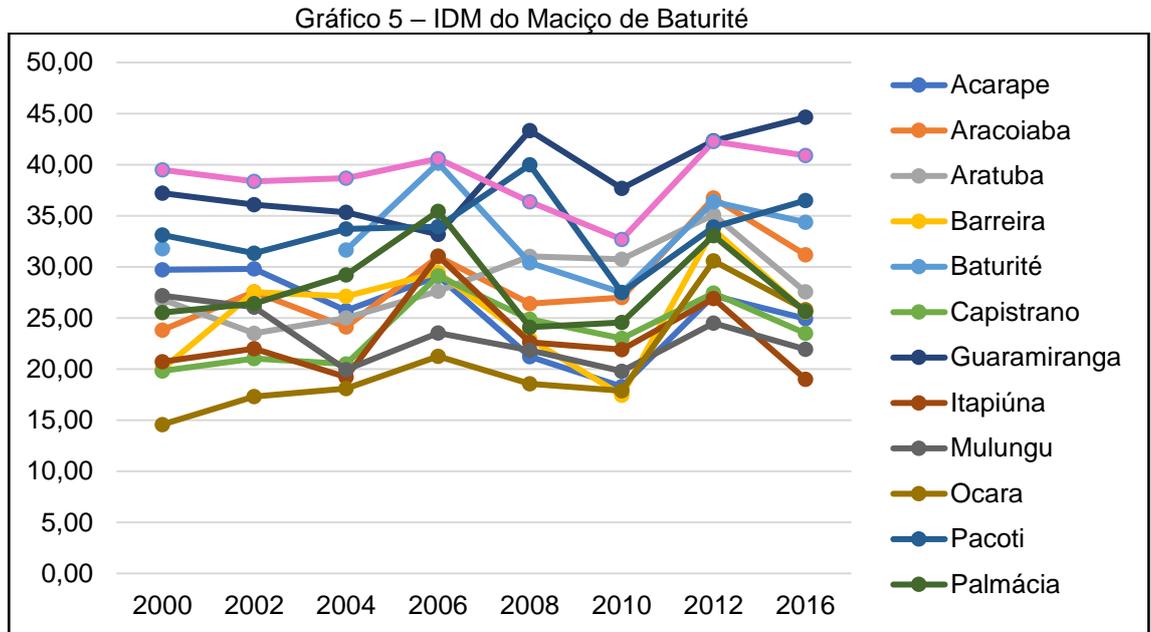
Para a tabela 7, foram inseridos dados de todos os municípios da região entre os anos de 2000 a 2016, respeitando o intervalo de cada dois anos. Pontua-se que não houve pesquisas para deste índice no ano de 2014, por esta razão há um salto de 2012 para 2016.

É pertinente enfatizar, ademais, que não foi possível localizar o dado para o IDM para a cidade de Baturité no ano de 2002.

É possível observar que a maioria dos municípios do Maciço possui comportamentos voláteis em relação à variação do IDM, com algumas cidades possuindo evoluções ou reduções significativas de um ano pesquisado para o outro como é o caso, por exemplo, de Ocara e Pacoti.

Observa-se, ainda, a constância nas posições de Guaramiranga e Redenção como cidades referência no IDM, estando figuradas com os maiores índices durante todo o período pesquisado, não estando abaixo dos trinta pontos.

De maneira a acrescentar às informações mostradas e analisadas, a partir da leitura da tabela acima sobre o IDM, e às ideias que podem ser discutidas a partir da temática mostrada nesta pesquisa, faz-se pertinente a contemplação e análise do Gráfico 5.



Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2004), IPECE (2005), IPECE (2008), IPECE (2009), IPECE (2010), IPECE (2014), IPECE (2015) e IPECE (2017).

Para o IDM de Acarape, nos anos de 2000 a 2016, observa-se que as faixas maiores de respostas a este índice, foram nos anos de 2000 e 2002. Tendo divergências entre os seus dados, tanto para melhor quanto para pior entre os anos de 2004 a 2016.

Sobre o IDM de Aracoiaba, observa-se que o desenvolvimento também não teve grandes alterações, na maioria das vezes entre os valores de 20,00 e 30,00, tendo o seu apogeu no ano de 2012, com 36,73.

O Índice de Desenvolvimento Municipal de Aratuba entre os anos de 2000 e 2002, teve uma redução, tendo uma evolução progressiva nos anos de 2004, 2006 e 2008. Praticamente estável no ano de 2010, percebe-se uma alteração expressiva para mais, no ano de 2012. Infelizmente, teve uma queda significativa em 2016.

Sobre o IDM da cidade de Barreira, nota-se algumas incompatibilidades entre os dados dos anos estudados neste trabalho, logo as referências obtiveram altas e baixas expressivas em um curto espaço de tempo, tendo o melhor valor para este

índice no ano de 2012, em seguida já se percebe novamente uma queda, com o valor de 25,60 no ano de 2016.

Para o IDM de Baturité, observa-se que houve algumas divergências ao longo dos anos estudados neste trabalho, contudo em 2006, este índice atingiu o seu melhor desempenho, tendo uma queda expressiva posteriormente e resultados acima de 30,00 nos anos de 2012 e 2016.

Sobre o que concerne o Índice de Desenvolvimento Municipal de Capistrano, os anos de 2000, 2002 e 2004 não obtiveram grandes alterações, já a partir de 2006, apresenta-se uma evolução, contudo nos anos seguidos, de 2008 e 2010 houveram reduções nos valores deste índice. Em 2012 e 2016, ocorreu semelhante havendo um progresso e posterior uma queda.

Para o IDM de Guaramiranga, verifica-se uma constante queda nos valores deste índice ocorrendo desde o ano de 2000 até o ano de 2006. A contar de 2008, houve um pico de desenvolvimento e em seguida, no ano de 2010, uma queda significativa, posteriormente obteve um processo de evolução a cada ano, se considerar de 2012 a 2016.

Em análise do IDM de Itapiúna, observa-se que ocorreu um pequeno avanço deste índice em 2002, porém houve uma redução no ano seguinte pesquisado, em 2004.

Já em 2006, percebe-se uma considerável evolução em comparação aos anos anteriores, havendo os dados sofridos poucas alterações entre 2008 e 2010. Em 2012, o índice mostrou-se em progresso, contudo nota-se uma queda novamente.

Para o IDM de Mulungu, apresenta-se valores acima de 25,00 nos anos de 2000 e 2002, tendo uma queda em 2004. Nos anos seguintes se repetiu a frequência de alta (em 2006 e em 2012), e logo após, de redução no desenvolvimento do município.

O IDM do município de Ocara demonstrou variações de menor escala compreendidas nos dez primeiros anos acrescentaram aproximadamente 3 pontos, enquanto no ano de 2012, em relação ao ano anterior, foi observado um grande crescimento, quase que dobrando o índice, ainda que com uma notória perda em 2016. O IDM de Ocara, em todo o período, quase dobrou.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Municipal da cidade de Pacoti entre 2000 e 2016, pode-se analisar que desde o ano 2000 este índice se

manteve acima de 30,00, havendo algumas reduções no decorrer dos anos posteriores.

O maior valor já apresentado foi no ano de 2008, com 39,98, já em 2010, percebe-se uma redução considerável para 27,50, nos anos seguintes nota-se uma retomada de crescimento.

O IDM de Palmácia progrediu aos poucos durante os anos de 2000, 2002 e 2004. Já em 2006, alcançou o valor de 35,44, o melhor já registrado entre os anos analisados neste trabalho.

Em 2008 e em 2010, este índice se manteve em valores aproximados. Em 2012, o crescimento retomou, contudo, em 2016, notou-se uma queda para posições semelhantes se comparado a anos anteriores.

Sobre o IDM de Redenção, na maioria dos anos analisados se posicionou próximo ou acima de 40,00, só não no ano de 2010, que houve uma redução para 32,69, atingindo seu menor patamar. Em 2012, voltou a crescer e se deteve neste mesmo nível de desenvolvimento.

Para complementar os estudos deste trabalho, evidencia-se também a importância da análise do IDH do Maciço de Baturité, desta forma, é peculiar a análise da tabela 8.

Tabela 8 – IDH do Maciço de Baturité

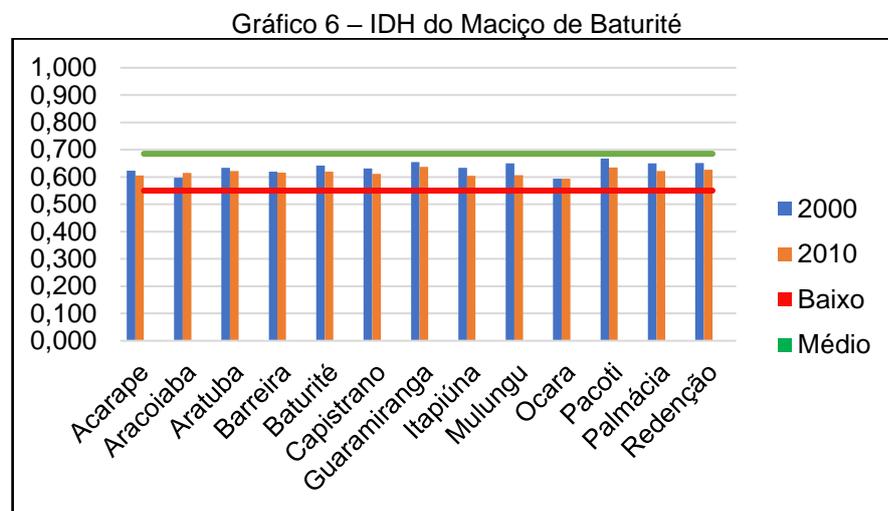
	2000*	2010*
Acarape	0,623	0,606
Aracoiaba	0,597	0,615
Aratuba	0,633	0,622
Barreira	0,619	0,616
Baturité	0,642	0,619
Capistrano	0,631	0,611
Guaramiranga	0,654	0,637
Itapiúna	0,633	0,604
Mulungu	0,650	0,607
Ocara	0,594	0,594
Pacoti	0,668	0,635
Palmácia	0,650	0,622
Redenção	0,651	0,626

*Fonte: Elaborada pela autora com base em IPECE (2004)

**Fonte: Elaborada pela autora com base em IPECE (2017)

É possível aferir que, em termos gerais, durante o intervalo de dez anos entre os índices calculados, não ocorreram avanços no desenvolvimento humano dos municípios do Maciço. Havendo evolução singela apenas em Aracoiaba (crescimento de 0,018), estagnação no município de Ocara, bem como notou-se fenômenos de redução do IDH de onze dos treze municípios da região: Acarape, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Como forma de auxiliar no entendimento do comportamento do IDH das cidades pesquisadas, é pertinente analisar o Gráfico 4.



Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2004) e IPECE (2017)

O IDH da cidade de Acarape, teve uma leve queda se comparado os anos de 2000 a 2010, não demonstrando nenhuma mudança efetiva. Percebe-se que entre o ano 2000 e 2010, o município de Aracoiaba teve uma leve melhora, perfazendo 0,615 no ano de 2010. O IDH da cidade de Aratuba permaneceu praticamente igual entre os anos de 2000 e 2010, com dados de 0,633 e 0,622, respectivamente.

Entre a década de 2000 e 2010, não se percebe grandes alterações nos valores do IDH do município de Barreira, ficando estes anos muito próximos entre si.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Baturité, obteve melhores resultados no ano de 2000; já em 2010 nota-se uma pequena redução neste índice. Nota-se que se sucedeu uma pequena redução no IDH do município de Capistrano, com diminuição pontual de dois centésimos.

Para o IDH da cidade de Guaramiranga, observa-se que ocorreu uma redução no que diz respeito as dimensões de renda, saúde e educação do município, saindo do valor de 0,654 para 0,637.

Avaliando o IDH da cidade de Itapiúna na década acima citada, percebe-se que houve uma pequena redução, de 0,633 para 0,604, demonstrando que algumas dimensões estudadas neste índice não obtiveram evolução durante os anos pesquisados.

O IDH de Mulungu não obteve nenhum avanço, pelo contrário, regrediu de 0,650 para 0,607, indicando que não houveram grandes transformações (nas dimensões analisadas neste índice) para a referida cidade.

Sobre este índice do município de Ocara, durante o período pesquisado, manteve-se sem nenhuma alteração, apontando que não houveram avanços na que justificassem o crescimento do índice. Assim como as demais cidades da região, Pacoti apresentou uma redução nos valores do IDH durante os anos de 2000 e 2010.

Sobre o IDH do município de Palmácia, também se observa uma regressão nos valores deste, havendo alteração de 0,650 para 0,622. Para o IDH de Redenção se observou uma redução sutil de 0,025 ao longo dos anos de 2000 a 2010.

Observa-se também que nenhuma cidade da região apresentou resultados do IDH que as classificassem no nível “alto desenvolvimento” e por esta razão é somente é apresentado no gráfico 04 as classificações de “baixo” e “médio desenvolvimento”.

A cidade que mais se aproximou do nível de “médio desenvolvimento” foi Pacoti, tanto em 2000 quanto no ano de 2010, e a que obteve o menor resultado e ficando próxima ao nível “baixo” nos anos analisados, foi a cidade de Ocara.

Com as informações exibidas, é plausível afirmar que o comportamento dos indicadores pode colaborar para a tomada de decisão das lideranças municipais do Maciço de Baturité, de tal modo que se faz necessário que seja do conhecimento dos gestores o desempenho de seus respectivos municípios em relação ao desenvolvimento socioeconômico, de modo a nortear as ações a serem tomadas a curto, médio e longo prazo.

Para corroborar com este argumento, convém leitura e análise do tópico 4.3.

4.3 A influência na tomada de decisão dos gestores públicos a partir da análise de indicadores socioeconômicos.

Uma boa administração pública não é feita apenas por boas ideias e bons gestores, deve-se contemplar a evolução positiva de indicadores socioeconômicos para chegar-se a uma conclusão de que as ações realizadas foram tomadas de forma eficaz.

Em análise da tabela 1 contida nesta obra, percebe-se que entre as cinco cidades mais bem posicionadas para a categoria “população” e “renda *per capita*”, respeitando a ordem de apresentação, são: Baturité, Redenção, Aracoiaba, Ocara e Barreira; e Redenção, Guaramiranga, Aratuba, Capistrano e Baturité, respectivamente.

Desta maneira, pode-se notar que as únicas cidades que estão listadas como maiores nas duas categorias acima citadas, são: Baturité e Redenção.

Em termos gerais, pode-se pontuar os cinco mais bem avaliados e os cinco piores avaliados no IDS-O e no IDS-R. Entretanto, segundo IPECE (2017), ocorreram mudanças quanto as metodologias empregadas nas pesquisas realizadas para obtenção dos valores do IDS-O e do IDS-R entre os anos de 2009 e 2012, se comparado ao primeiro ano aqui citado. É importante salientar que no ano de 2009 existia mais uma dimensão analisada nos indicadores acima citados, a dimensão de (emprego e renda).

Ao analisar todos os indicadores, pode-se considerar a situação do município de Ocara, que mesmo obtendo o maior valor para o IDS-R no ano 2000, o IDS-O, o IDM e o IDH apresentaram, para a referida cidade, menor valor ou inalterado, respectivamente, se comparado aos anos estudados neste trabalho e com as demais cidades da região. Nota-se aqui que a gestão pública por meio do desenvolvimento de políticas públicas de Ocara, mesmo que em um determinado índice apresente-se como uma cidade com alto níveis de entrega de serviços públicos a população (neste caso, apenas no ano 2000), não resulta em dizer que esta situação se repita em outros índices analisados neste trabalho. Ou seja, não permaneceu no mesmo nível de desenvolvimento para a referida cidade.

Como forma de aprimorar a pesquisa e análise dos indicadores, convém avaliar as tabelas 9 e 10.

Tabela 9 – Ranking das cinco melhores e cinco piores médias do IDS-O

	2006 a 2009	2012 a 2015
Melhores	Pacoti	Acarape
	Aratuba	Aratuba
	Acarape	Barreira
	Redenção	Baturité
	Capistrano	Redenção
Piores	Aracoiaba	Palmácia
	Itapiúna	Mulungu
	Ocara	Itapiúna
	Barreira	Capistrano
	Baturité	Aracoiaba

Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2011) e IPECE (2017).

Para o IDS-O, as cinco melhores médias do índice entre os anos de 2006 e 2009 foram registradas nos municípios de: Pacoti, Aratuba, Acarape, Redenção e Capistrano. No mesmo período, os cinco piores desempenhos foram apontados nas cidades de: Aracoiaba, Itapiúna, Ocara, Barreira e Baturité.

Para o período de 2012 a 2015, as cinco mais bem posicionadas cidades no indicador foram: Acarape, Aratuba, Barreira, Baturité e Redenção. Em contrapartida, para este período, as cinco piores médias do IDS-O foram registradas nas cidades de Palmácia, Mulungu, Itapiúna, Capistrano e Aracoiaba.

Para reforçar a assimilação dos dados, faz-se conveniente apreciar a tabela 10, a seguir, que apresenta, para o IDS-R, o ranking das cinco mais bem posicionadas e piores posicionadas do Maciço de Baturité, separadas entre os anos de 2000 e 2009 e 2012 e 2015.

Tabela 10 – Ranking das cinco melhores e cinco piores médias do IDS-R

	2000 a 2009	2012 a 2015
Melhores	Pacoti	Guaramiranga
	Redenção	Aratuba
	Aratuba	Redenção
	Palmácia	Pacoti
	Guaramiranga	Barreira
Piores	Mulungu	Acarape
	Itapiúna	Itapiúna
	Aracoiaba	Palmácia
	Baturité	Mulungu
	Capistrano	Ocara

Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2004), IPECE (2006), IPECE 2008, IPECE (2011) e IPECE (2017).

Para o IDS-R, observou-se que as cinco melhores médias, no período de 2000 a 2009, entre as cidades do Maciço de Baturité foram: Pacoti, Redenção, Aratuba, Palmácia e Guaramiranga. No cenário oposto, vê-se que os cinco piores desempenhos, foram aferidos em: Mulungu, Itapiúna, Aracoiaba, Baturité e Capistrano.

Já no período entre 2012 e 2015, as cinco mais bem avaliadas, para este índice foram: Guaramiranga, Aratuba, Redenção, Pacoti e Barreira. Já as cinco piores no IDS-R foram: Acarape, Itapiúna, Palmácia, Mulungu e Ocara.

Para a contemplação da média do IDM de cada uma das cidades da região do Maciço de Baturité é conveniente analisar a tabela 11.

Tabela 11 – Média do IDM dos municípios do Maciço de Baturité

2000 a 2016	
Acarape	25,74
Aracoiaba	28,47
Aratuba	28,42
Barreira	25,46
Baturité	33,17
Capistrano	23,65
Guaramiranga	38,73
Itapiúna	22,93
Mulungu	23,10
Ocara	20,50
Pacoti	33,75
Palmácia	27,99
Redenção	38,66

Fonte: Elaborada pela autora com base em IPECE (2004), IPECE (2005), IPECE (2008), IPECE (2009), IPECE (2010), IPECE (2014), IPECE (2015) e IPECE (2017).

Observa-se na tabela 11, que o município de Guaramiranga obteve um dos maiores resultados do IDM no período analisado. Sua posição de destaque também é percebida em outros indicadores, como por exemplo, na média do IDS-R e do IDH apresentados neste trabalho. Desta forma pode-se compreender que através dos

indicadores, nota-se que a referida cidade fomenta ações que efetivamente produzem resultados de desenvolvimento municipal, de modo a proporcionar melhorias para a sua população.

Em contrapartida, revela-se novamente a carência de valores que representem de fato progresso de desenvolvimento no município de Ocara, estando ele na última posição no *ranking* na média do IDM do Maciço de Baturité.

Seguindo as mesmas justificativas para o IDM, convém conhecer as cinco melhores e as cinco piores cidades em relação ao IDH, que são apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12 – Ranking do IDH das cinco melhores e cinco piores cidades

Cidades	
Melhores	Guaramiranga
	Pacoti
	Redenção
	Aratuba
	Palmácia
	Ocara
Piores	Itapiúna
	Mulungu
	Capistrano
	Aracoíaba

Fonte: Elaborado pela autora com base em IPECE (2017)

Avaliando a tabela 12, em 2010 observou-se que as cinco melhores cidades do Maciço de Baturité em termos de IDH foram: Guaramiranga, Pacoti, Redenção, Aratuba e Palmácia. Já as cinco piores colocadas foram: Ocara, Itapiúna, Mulungu, Capistrano e Aracoíaba.

Assim como também na gestão não se deve haver a prevalência de achismos e o cumprimento de velhas ações da política brasileira, carece que os gestores assumam um papel de líderes empenhados em buscar melhorar o interesse coletivo.

Não se trata de uma política de governo, ou consequências da má política existente no Brasil (com a sua corrupção e o excesso de cargos comissionados sem conhecimento técnico na máquina pública), e sim, de exercer uma função de

representação do povo e buscar por evoluções no desenvolvimento e na qualidade de vida de todos.

Os gestores públicos atuais têm a necessidade e a expressa relevância em fazer acontecer ações que simbolizem a mudança e a primazia por melhorias. Num cenário em que a informação chega por um piscar de olhos, a moralidade e a responsabilidade imposta aos gestores, chegou a um nível que cada pessoa sabe dos seus direitos enquanto cidadão, e a cobrança para os gestores, é dada como certa e taxativa.

Sabe-se que os formuladores de políticas públicas não se delimitam à apenas aos gestores públicos locais, a própria população, os *stakeholders* e o Estado, é de conhecimento de todos que os gestores públicos são atores primordiais na deliberação e na tomada de decisão de ações a um nível local, tanto por terem sabedoria das necessidades locais, como também possuem poder para mudar o seu município.

E neste caminho, no chamado processo decisório, a atitude e a decisão tomada é um fator de mudança para a formulação e implementação das políticas públicas.

A partir dos dados e análises apresentadas, é de fundamental importância retirar algumas conclusões acerca das reflexões e debates feitos neste capítulo, que se encontram no capítulo 5.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Sobre o Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) dos municípios do Maciço, pode-se compreender, especificamente, que as cidades de Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti não trouxeram significativos avanços em comparação com os demais municípios no ano de 2003 e que Ocara foi a única cidade a ter redução neste índice para ano supracitado.

Compreende-se também que para o melhor patamar até então registrado observando a série histórica da região, tem-se quatro considerações distintas: 1) A cidade de Ocara se destaca com o seu maior valor para IDS-R no ano de 2008; 2) As cidades que tiveram melhores resultados deste índice no ano de 2009 foram Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Capistrano, Mulungu, Pacoti e Palmácia; 3) As cidades de Baturité, Guaramiranga e Redenção, chegaram até então a sua melhor colocação

em 2012, dispondo de uma alta em seus resultados a partir de 2007 e 4) O município de Itapiúna não teve muitas variações no IDS-R entre os anos aqui citados.

Nos anos seguintes, no que concerne ao IDS-R, as cidades da região não apresentaram grandes alterações em seus resultados se mantendo muitas vezes em posições próximas em anos diferentes pesquisados e/ou tiveram uma pequena redução e voltaram ao seu patamar anterior. Com base nesse apontamento, pode se constatar que não houveram variações significativas. Salienta-se que os índices de Aracoiaba e de Ocara, resultaram em valores acima ao visto no ano de 2012.

Para o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) compreende-se que, entre os anos de 2000 a e 2006, Redenção atingiu um melhor resultado no IDM e Ocara se apresenta como a cidade com o pior valor, nos anos supracitados.

Em 2008 e em 2010, a cidade de Guaramiranga obteve melhores resultados no IDM. Já para os anos 2008 e 2010, Ocara e Barreira foram as cidades com menor avaliação no índice.

É importante pontuar que em 2012, Guaramiranga novamente esteve na melhor posição deste índice e Mulungu apareceu como sendo a cidade com o menor resultado.

Ademais, vale pontuar que não foram realizadas pesquisas para o IDM no ano de 2014, por este motivo não foram apresentadas neste trabalho dados deste índice para o referido ano. Já no ano de 2016, percebe-se, novamente, a cidade de Guaramiranga como a mais bem avaliada do índice, e Itapiúna surge como a pior avaliada.

Desta forma pode-se compreender que em comparação aos outros índices estudados neste trabalho, e mesmo havendo uma maior oferta de serviços públicos prestados pelo Estado (aqui destaca-se a nível municipal) e, conseqüentemente, um melhor retorno destas ações por parte da população, não se percebe este aumento no IDH. Demonstra-se que o desenvolvimento nem sempre está atrelado a um ou outro indicador, onde ambos podem apresentar resultados discrepantes, podendo assim atestar que nem sempre através de um só indicador sintético pode-se concluir que houveram de fato avanços na qualidade de vida de uma determinada região.

Vale ressaltar que na realização deste estudo foram encontradas algumas limitações, dentre elas, pode-se afirmar: a mudança de metodologia do IDS-O e do IDS-R, ao longo dos anos analisados neste trabalho; a falta de dados sequenciais para estes mesmos índices, ocasionando maiores intervalos de tempos entre os anos

pesquisados e a falta de apresentação de dados mais atuais disponibilizados através do banco de dados do IPECE.

Portanto, percebe-se que estas limitações influenciaram no andamento deste estudo e conseqüentemente, na apresentação e análise dos dados abordados neste trabalho.

Logo, é importante que se realize pesquisas futuras acerca do IDS-O e do IDS-R, com a mesma metodologia destes indicadores em todo o período a ser pesquisado. Recomenda-se, ademais, que os órgãos realizadores da produção destes indicadores evitem mudanças em suas metodologias.

Torna-se relevante também a elaboração de pesquisas que comparem, a nível estadual, dentre as regiões existentes, o desenvolvimento e a evolução destes indicadores, afim de trazer resultados do desenvolvimento socioeconômico.

É indispensável em trabalhos posteriores a utilização de uma metodologia estatística mais aprofundada para uma melhor análise dos indicadores contidos nesta obra.

Este trabalho tem como sugestão que, através deste, se possam estreitar as relações entre os gestores públicos da região, com o propósito de que haja trabalho coletivo e visionário com vistas ao desenvolvimento do Maciço de Baturité. Entre outras palavras, uma busca tangente deste pelos resultados atingidos nos indicadores como meio de avaliação do desenvolvimento da região. É fundamental também que os gestores busquem pelas análises feitas pelos órgãos de pesquisas.

Portanto, os gestores públicos locais devem avaliar os resultados mostrados pelos indicadores acima apresentados e decidir de forma eficiente, responsável e sempre com a primazia de escolher o interesse do povo, a partir de cada realidade vivida em cada município, planejar e implementar as políticas públicas necessárias para alavancar o desenvolvimento local e, conseqüentemente, a nível regional.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE, Sérgio José Cavalcanti. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: [s. n.], 1998. 105 p.

CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. **A Saúde no Brasil em 2030: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde - Vol. 1**, [S.L.], p. 135-194, 2013. Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. <http://dx.doi.org/10.7476/9788581100159.0006>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333891820_Gestao_publica_no_seculo_XI_as_reformas_pendientes. Acesso em: 22 ago. 2021.

DELGADO, Daniel García. **Políticas Públicas**. Buenos Aires, 2018. Disponível em: <http://ibcm.blog.unq.edu.ar/wp-content/uploads/sites/28/2018/03/Garc%C3%ADa-Delgado.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 278-288, dez. 1984. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901984000400038>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/VXrdK9ZbvrLXFvngpRS4wzb/?lang=pt#>. Acesso em: 22 ago. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (Estado). Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro de 2015. **Define as regiões do Estado do Ceará e suas composições de municípios para fins de planejamento**. Fortaleza, CE: Editoração Casa Civil, 22 out. 2015. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20151022/do20151022p01.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Índice de Desenvolvimento Social dos municípios cearenses: IDS 2012-2015**. Fortaleza: IPECE, 2017. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/IDS_2012_2015.pdf. Acesso em: 26 dez. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) Ceará - 2018**. Fortaleza: IPECE, 2020. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/IDM_2018.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal 2004**. 2004. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2004/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal 2005**. 2005. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2005/>. Acesso em: 04 jul. 2021

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal 2006**. 2006. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2006/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal 2008**. 2008. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2008/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal 2009**. 2009. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2009/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal 2010**. 2010. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2010/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal 2014**. 2014. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2014/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal 2015**. 2015. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2015/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2017/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Resultados do Índice de Desenvolvimento Social (IDS): análise para os municípios cearenses no período entre 2006 e 2009**. Fortaleza: IPECE, 2011. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/05/IDS_2009.pdf. Acesso em: 26 dez. 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 1-9, fev. 2002. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, [S.L.], v. 56, n. 2, p. 137-160, abr/jun. 2005. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). <http://dx.doi.org/10.21874/rsp.v56i2.222>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>. Acesso em: 17 jun. 2021

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Os paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48, mai/jun 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/McbYn6ZGK9KNBJPSM9qKfKh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.

OLIVEIRA FILHO, João de. Conceito de administração pública. **Revista de Direito Administrativo**, v. 93, p. 11-17, 10 ago. 1968. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/31517>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PNUD Brasil. **IDH | PNUD Brasil**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 45–71, 2011. DOI: 10.21527/2237-6453.2003.1.45-71. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p. 20-45, jul/ dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTOS, Maria Carolina Alves dos. Nós e os gregos. **TRANS/FORMAÇÃO: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 17, p. 133–141, 1994. DOI: 10.1590/S0101-31731994000100010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/12392>. Acesso em: 24 jan. 2022.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

TERRA. **Entenda o cálculo do IDH e seus indicadores**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/entenda-o-calculo-do-idh-e-seus-indicadores,9b65120115dc0cc756b529832aa733d1nls36v2s.html>. Acesso em: 30 jan. 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (Unilab). **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da Unilab**. Acarape: Sistema de Bibliotecas da Unilab, 2020. 44 p. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/04/Manual-de-Normalizacao-SIBIUNI-2020.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

UNDP (Estados Unidos). Organização das Nações Unidas. **Beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century**. Nova York: UNDP, 2019. 350 p. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

Anexo A – Indicadores que compõem o IDS-O e o IDS-R (2000-2009)

Para a aplicação desse método emprega-se um amplo conjunto de indicadores. Segue abaixo os indicadores empregados no cálculo em cada uma das abordagens.

Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O)

a) Educação

Proporção de professores do Ensino Fundamental com grau de formação superior: percentual de funções docentes com grau de formação de nível superior no Ensino Fundamental.

Proporção de professores do Ensino Médio com grau de formação superior: percentual de funções docentes com grau de formação de nível superior no Ensino Médio.

Relação de bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática por escola pública: razão entre o número de bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática e o total de escolas públicas.

Relação de equipamentos de informática por escola pública: razão entre o número de equipamentos de informática e o total de escolas públicas.

b) Saúde

Proporção da população coberta pelo Programa Saúde da Família (PSF): percentual da população total coberta pelo PSF.

Proporção de crianças menores de 2 anos acompanhadas: percentual de crianças menores de 2 anos acompanhadas em relação ao total de crianças menores de 2 anos.

Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez: percentual de gestantes acompanhadas no 1º trimestre de gravidez em relação ao total de gestantes acompanhadas no ano.

Profissionais de saúde por mil habitantes: razão entre o nº de Profissionais de saúde do SUS e a população total, multiplicada por mil.

Os indicadores de saúde são fornecidos pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Ceará.

c) Condições de Moradia

Taxa de cobertura de abastecimento de água urbano: percentual da população em áreas beneficiadas com abastecimento de água.

Taxa de cobertura de esgotamento sanitário urbano: percentual da população em áreas beneficiadas com esgotamento sanitário urbano.

Os indicadores relacionados com as condições de moradia, que constituem basicamente em indicadores de saneamento, são fornecidos pela Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará.

d) Emprego e renda

Relação da malha rodoviária pavimentada pela área do município: razão entre a extensão da malha rodoviária pavimentada e a área do município.

Operações de Créditos/Depósitos Totais: razão entre as operações de crédito e o volume de depósitos à vista (privados e do governo) e a prazo. A fonte de dados utilizada neste caso foi o Banco Central do Brasil (BACEN).

Percentual de pessoas com 12 anos ou mais anos de estudo: razão entre a estimativa do número de pessoas com Ensino Médio completo e a estimativa populacional do IBGE multiplicada por 100%.

Investimento/Receita Corrente Líquida: razão entre o valor das despesas com investimento e as despesas correntes do município. As informações utilizadas para o cálculo deste indicador são provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

PIB per capita real defasado: razão entre o Produto Interno Bruto a preços de mercado a valores constantes de 2006, deflacionado pelo Deflator do Produto, e a estimativa populacional, ambos em valores defasados em um período. As fontes deste indicador foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o IPECE.

Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R)

a) Educação

Taxa de escolarização no Ensino Fundamental: percentual de matrículas da população de 7 a 14 anos no Ensino Fundamental em relação à população de 7 a 14 anos.

Taxa de escolarização no Ensino Médio: percentual de matrículas da população de 15 a 19 anos no Ensino Médio em relação à população de 15 a 19 anos.

Taxa de aprovação no 5º ano do Ensino Fundamental: percentual de alunos aprovados no 5º ano em relação à matrícula final no 5º ano.

Taxa de aprovação no 3º ano do Ensino Médio: percentual de alunos aprovados no 3º ano em relação à matrícula final no 3º ano.

Média das notas dos alunos do 5ª ano do Ensino Fundamental: média municipal obtida a partir do resultado médio das notas das provas de português e matemático aplicadas aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental.

Os indicadores de educação na abordagem de resultados são fornecidos pela Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará.

b) Saúde

Taxa de mortalidade infantil: razão entre o total de óbitos de menores de um ano ocorridos e o total de nascidos vivos, multiplicada por mil.

Taxa de internação por AVC: razão entre o nº de internações por Acidente Vascular Cerebral (AVC) e a população total, multiplicada por 10 mil.

Os indicadores de saúde são fornecidos pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Ceará.

c) Condições de Moradia

Proporção de moradores de domicílios urbanos com abastecimento de água: percentual de moradores de domicílios urbanos conectados à rede de abastecimento de água em relação ao total de moradores de domicílios urbanos.

Proporção de moradores de domicílios urbanos com esgotamento sanitário: percentual de moradores de domicílios urbanos conectados à rede de esgoto em relação ao total de moradores de domicílios urbanos.

Os indicadores relacionados com as condições de moradia de resultados são fornecidos pela Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará.

d) Emprego e renda

Índice de qualidade do emprego formal: percentual de empregados formais que recebem mais de 2 salários mínimos em relação ao número total de empregados formais. A fonte de dados é da RAIS/MTE.

Empregos Formais per capita: Razão entre o número de empregos formais e a estimativa populacional (com 15 anos ou mais) do município. Neste caso, as fontes utilizadas foram RAIS/MTE.

Consumo residencial médio de energia elétrica: razão entre o consumo de energia elétrica residencial e o total de consumidores residenciais. Os dados são da Companhia Energética do Ceará (COELCE).

Anexo B – Indicadores que compõem o IDS-O e o IDS-R (2012-2015)

Para a composição do IDS-O e do IDS-R emprega-se um amplo conjunto de indicadores. Ao todo somam-se 18 indicadores, sendo 10 indicadores de oferta e 8 indicadores de resultado. Segue abaixo os indicadores empregados no cálculo em cada uma das abordagens.

Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O)

a) Educação

Proporção de professores do Ensino Fundamental com grau de formação superior: percentual de funções docentes com grau de formação de nível superior no Ensino Fundamental.

Proporção de professores do Ensino Médio com grau de formação superior: percentual de funções docentes com grau de formação de nível superior no Ensino Médio.

Relação de bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática por escola pública: razão entre o número de bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática e o total de escolas públicas.

Relação de equipamentos de informática por escola pública: razão entre o número de equipamentos de informática e o total de escolas públicas.

Os indicadores de educação são fornecidos pela Secretaria de Educação (SEDUC) do Governo do Estado do Ceará.

b) Saúde

Agentes comunitários de Saúde por mil habitantes: razão entre o nº de Agentes comunitários de saúde e a população total, multiplicada por mil.

Proporção de crianças menores de 2 anos acompanhadas: percentual de crianças menores de 2 anos acompanhadas pelo Programa Agentes de Saúde (com vacinação em dia) em relação ao total de crianças menores de 2 anos.

Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez: percentual de gestantes acompanhadas no 1º trimestre de gravidez em relação ao total de gestantes acompanhadas no ano.

Profissionais de saúde por mil habitantes: razão entre o nº de Profissionais de saúde com nível superior do SUS e a população total, multiplicada por mil.

Os indicadores de saúde são fornecidos pela Secretaria de Saúde (SESA) do Governo do Estado do Ceará.

c) Condições de Habitação

Taxa de cobertura de abastecimento de água urbano: percentual da população em áreas beneficiadas com abastecimento de água.

Taxa de cobertura de esgotamento sanitário urbano: percentual da população em áreas beneficiadas com esgotamento sanitário urbano.

Os indicadores relacionados com as condições de habitação são fornecidos pela Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA) do Governo do Estado do Ceará.

Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R)

a) Educação

Taxa de escolarização no Ensino Fundamental: percentual de matrículas da população de 7 a 14 anos no Ensino Fundamental em relação à população de 7 a 14 anos.

Taxa de escolarização no Ensino Médio: percentual de matrículas da população de 15 a 19 anos no Ensino Médio em relação à população de 15 a 19 anos.

Taxa de aprovação no 5º ano do Ensino Fundamental: percentual de alunos aprovados no 5º ano em relação à matrícula final no 5º ano.

Taxa de aprovação no 3º ano do Ensino Médio: percentual de alunos aprovados no 3º ano em relação à matrícula final no 3º ano.

Média das notas dos alunos do 5ª ano do Ensino Fundamental: média municipal obtida a partir do resultado médio das notas das provas de português e matemática aplicadas aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental.

Os indicadores de educação na abordagem de resultados são fornecidos pela Secretaria de Educação (SEDUC) do Governo do Estado do Ceará.

b) Saúde

Taxa de mortalidade infantil: razão entre o total de óbitos de menores de um ano ocorridos e o total de nascidos vivos, multiplicada por mil.

Taxa de internação por AVC: razão entre o nº de internações por Acidente Vascular Cerebral (AVC) e a população total, multiplicada por 10 mil.

Os indicadores de saúde são fornecidos pela Secretaria de Saúde (SESA) do Governo do Estado do Ceará.

c) Condições de Habitação

PIB per capita real defasado: razão entre o Produto Interno Bruto a preços de mercado a valores correntes, e a estimativa populacional, ambos em valores defasados em um período. As fontes deste indicador foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o IPECE.

Anexo C - Indicadores que compõem o IDM

O IDM é calculado a partir de indicadores secundários, obtidos junto a órgãos oficiais, que permitem avaliar aspectos relacionados ao desenvolvimento dos municípios no ano de 2018. Para o cálculo do IDM são empregados trinta indicadores relacionados a aspectos fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; de infraestrutura e sociais. Esses indicadores são agregados em quatro grupos:

Grupo 1 – Indicadores Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas:

- 1.1 Precipitação pluviométrica média observada (mm) - 2018
- 1.2 Percentual da área explorável utilizada sobre a área dos imóveis - 2010
- 1.3 Percentual do valor da produção vegetal sobre o total do Estado - 2018
- 1.4 Percentual do valor da produção animal sobre o total do Estado - 2018
- 1.5 Salinidade média da água (mg/l) - 1999 (inverso)
- 1.6 Quociente locacional da energia rural - 2018
- 1.7 Índice de distribuição de chuvas - Jan a Jun. 2018

Grupo 2 – Indicadores Demográficos e Econômicos:

- 2.1 Densidade demográfica (hab./km²) - 2018
- 2.2 Taxa de urbanização (%) - 2010
- 2.3 Produto Interno Bruto (PIB) per capita (R\$/habitante) - 2017
- 2.4 Receita orçamentária per capita (R\$/habitante) - 2018
- 2.5 Percentual do Consumo de energia industrial e comercial sobre o total do município - 2018
- 2.6 Percentual do Produto Interno Bruto do setor industrial sobre o PIB total - 2017
- 2.7 Percentual de trabalhadores do emprego formal recebendo mais de 2 salários mínimos - 2018

Grupo 3 – Indicadores de Infraestrutura de Apoio:

- 3.1 Agências de Correios por dez mil habitantes (unid. / 10.000 habitantes) - 2018
- 3.2 Agências bancárias por dez mil habitantes (unid. / 10.000 habitantes) - 2018
- 3.3 Veículos de carga por cem habitantes (unid. / 100 habitantes) - 2018
- 3.4 Coeficiente de proximidade - 2017
- 3.5 Percentual de domicílios com energia elétrica - 2018
- 3.6 Rede rodoviária pavimentada relativa à área do município (km / km²) - 2012
- 3.7 Emissoras de radiodifusão (unid.) - 2018

Grupo 4 – Indicadores Sociais:

- 4.1 Taxa de escolarização no ensino médio (%) - 2015
- 4.2 Taxa de aprovação no 9º ano do ensino fundamental (%) - 2018
- 4.3 Percentual de escolas com bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática - 2018
- 4.4 Equipamentos de informática por escola (unid.) - 2017
- 4.5 Percentual de função docente no ensino fundamental com grau de formação superior - 2018
- 4.6 Médicos por mil habitantes (unid. / 1.000 habitantes) - 2018
- 4.7 Leitos por mil habitantes (unid. / 1.000 habitantes) - 2018
- 4.8 Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos (unid. / 1.000 nascidos vivos) - 2016-2018
- 4.9 Taxa de cobertura de abastecimento de água (%) - 2017